

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual: estudo qualitativo com profissionais do sistema de promoção e proteção

Tatiana Gonçalves Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Doutora Eunice Magalhães, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[Outubro, 2019]

A exposição à violência interpapental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A exposição à violência interpapental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual: estudo qualitativo com profissionais do sistema de promoção e proteção

Tatiana Gonçalves Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Doutora Eunice Magalhães, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[Outubro, 2019]

Dedicatória

Para ti, avô.

Agradecimentos

A dissertação assume-se como o culminar efetivo de uma longa etapa: uma etapa de dedicação, de maravilhosas aprendizagens e acima de tudo, de certeza de que este é o caminho. Portanto, em primeiro lugar, agradeço a quem me ajudou a definir enquanto pessoa e me encorajou, incondicionalmente, a construir este caminho. Aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós. As mesmas pessoas que vivem comigo, diariamente, as pequenas vitórias e os desafios deste percurso.

Relembro também, as pessoas com quem, ao longo da vida me fui cruzando e que fomentaram em mim mais vontade para delinear um caminho pautado pelo contacto com o outro porque me fizeram crer que há pessoas maravilhosas: os amigos, os professores e todas as pessoas que me marcaram e cujos nomes guardo com carinho.

Neste processo, na verdadeira ascensão da palavra, que é o da dissertação agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Eunice Magalhães. Por personificar aquilo que deve ser um processo de orientação: por permitir espaço para construir o caminho, por ajudar a criar soluções face a dificuldades e por fazê-lo de forma inegavelmente célere e disponível. Um sincero obrigada, porque acho que é a melhor síntese para agradecer o seu papel.

Às técnicas de Comissão que cederam o seu tempo, sempre tão escasso, para participarem nesta investigação e por nesse tempo partilharem comigo o seu conhecimento profissional e acima de tudo, pessoal. Esses momentos compensaram, sem dúvida, as longas horas de transcrição.

Numa nota mais pessoal agradeço aos amigos que durante todo este tempo permaneceram e apoiaram e, particularmente aos amigos com quem comecei este percurso há alguns anos atrás e a todos os outros que a vida ou faculdade trouxeram. Um (já) nostálgico obrigada à Maria, a minha parceira neste percurso académico, desde o início e sobretudo, na etapa da dissertação pelas longas sessões de estudo, por todo o reforço positivo e apoio e logicamente, por ser a melhor companhia para um bom café.

Ao Francisco, por como sempre, saber conjugar os verbos ser (a voz da consciência), estar (presente) e acreditar (em mim) como só ele sabe.

A todos, obrigada.

Resumo

A presente dissertação objetivou explorar o fenómeno da exposição à violência interparental (EVIP) sob a perspectiva dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção. Este estudo foi desenvolvido a partir do modelo cognitivo-contextual, desenvolvido por Grych & Fincham (1990), que permite compreender o papel de múltiplas variáveis que podem explicar os comportamentos de *coping* em crianças e jovens expostos à violência interparental.

Participaram, neste estudo, 19 profissionais (100% sexo feminino) a desempenhar funções em três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Os participantes-alvo foram jovens com idades compreendidas entre 10 e 16 anos ($M=13.58$; $DP= 1.98$) sinalizados nestas CPCJs e acompanhados pelos respetivos profissionais. A recolha de dados foi efetuada com recurso a um guião de entrevista semiestruturado construído com base no referido modelo teórico. Os dados recolhidos foram explorados com recurso à análise temática.

Os resultados obtidos neste estudo revelaram 11 temas centrais, dos quais quatro emergiram exclusivamente dos dados obtidos (i.e., Fatores de Risco para o Conflito Interparental; Impacto do Comportamento de *Coping* no Conflito, Impacto do Conflito no Funcionamento Individual e Impacto do Conflito na Qualidade das Relações Pais-filhos) e os restantes sete estão ancorados no referencial teórico cognitivo-contextual (Conflito Interparental; Contexto Distal; Contexto Proximal; Processamento Primário; Processamento Secundário; Afeto; Comportamento de *Coping*).

A investigação permitiu a caracterização dos aspetos subjacentes à multidimensionalidade da dinâmica de EVIP, e os resultados serão discutidos à luz das suas implicações para a avaliação e intervenção neste contexto.

Palavras-chave: exposição à violência interparental; teoria cognitivo-contextual; sistema de promoção e proteção; análise temática;

Categorias e códigos de classificação (APA):

2956 Childrearing & Child Care

2910 Social Structure & Organization

Abstract

This thesis intended to explore the interparental violence from the professionals' perspectives in the Child Protection System (CPS). This study was based on the cognitive-contextual model developed by Grych & Fincham (1990), which allows to understand the role of multiple variables in the coping behavior of children and youth who experience interparental violence.

Nineteen professionals participated in this study (100% females), who work in three Child Protection Agencies. The target participants were adolescents aged between 10 and 16 years old ($M=13.58$; $DP= 1.98$) who have a CPS record managed by these professionals. The data collection was done through a semi-structured interview guide based on the theoretical model. The data was analyzed with a thematic analysis strategy.

The results revealed 11 main themes, of which four emerged exclusively from the data (i.e., Risk Factors for the Interparental Conflict; Impact of the Coping Behavior on the Conflict; Impact of the Conflict on Individual Functioning, and Impact of the Conflict on the Quality of Parent-Child Relationships) and the remaining seven are anchored in the cognitive-contextual theoretical framework (i.e., Interparental Conflict; Distal Context; Proximal Context; Primary Processing; Secondary Processing; Affect; Coping Behavior).

The research enabled a description of the underlying aspects of the multidimensionality of the EVIP, and the results will be discussed considering its implications for the evaluation and intervention in this context.

Key words: exposure to interparental violence; cognitive-contextual framework; child protection system; thematic analysis;

PsycInfo Classification Categorias and Codes (APA):

2956 Childrearing & Child Care

2910 Social Structure & Organization

Índice

Resumo	IV
Abstract.....	V
Índice de Quadros	IX
Índice de Figuras	IX
Glossário de Siglas	X
Introdução.....	XI
Capítulo I - Enquadramento Conceptual	1
Conceptualização da Exposição à Violência Interparental	1
Teoria Cognitivo-Contextual	2
Dos Pressupostos Teóricos à Evidência Empírica: Componentes da Teoria Cognitivo-Contextual.....	5
Propriedades do conflito interparental.	5
Contexto do conflito interparental.....	6
Processamento primário.	11
Processamento secundário.....	11
Afeto.....	14
Comportamentos de <i>coping</i>	15
Problemas de Investigação e Objetivos	16
Capítulo II - Método	19
Participantes.....	19
Instrumentos.....	20
Questionário sociodemográfico.....	20
Guião de entrevista semiestruturada.	21
Procedimentos de recolha de dados	22
Procedimentos de análise de dados.....	23
Capítulo III - Resultados	24
Fatores de Risco para o Conflito Interparental	25
Conflito Interparental.....	26
Contexto Distal	27

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

Contexto Proximal	28
Processamento Primário	29
Processamento Secundário	30
Afeto	31
Comportamento de <i>Coping</i>	31
Impacto do Comportamento de <i>Coping</i> no Curso do Conflito Interparental	32
Impacto do Conflito no Funcionamento Individual	32
Impacto do Conflito na Qualidade das Relações Pais-Filhos	33
Capítulo IV – Discussão	35
Fatores de Risco para o Conflito Interparental	37
Conflito Interparental	38
Contexto Distal	39
Contexto Proximal	42
Processamento Primário	43
Processamento Secundário	44
Afeto	46
Comportamentos de <i>Coping</i>	48
Impacto do Comportamento de <i>Coping</i> no Curso do Conflito Interparental	50
Impacto no Funcionamento Individual	50
Impacto na Qualidade das Relações Pais-Filhos	53
Capítulo V – Conclusão	55
Referências	59
Anexos	67
Anexo A - Questionário Sociodemográfico	67
Anexo B - Guião de Entrevista Semiestruturada	68
Anexo C - Consentimento Informado	80
Anexo D - Debriefing da investigação	81

Índice de Quadros

Quadro 2.1. Caracterização dos Processos de Promoção e Proteção dos Jovens-Alvo analisados pelos participantes.....	20
Quadro 3.1 Síntese dos Resultados - temas e subtemas	24

Índice de Figuras

Figura 1.1. Modelo cognitivo-contextual adaptado de Grych e Fincham	3
Figura 4.1. Mapa conceptual dos resultados.....	36

Glossário de Siglas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPP – Código Penal Português

EVIP – Exposição a Violência Interparental

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PPP – Processo de Promoção e Proteção

Introdução

A violência na intimidade constitui-se como a terceira categoria de crimes mais reportados em 2018, correspondendo assim a 6.7% da criminalidade participada no ano transato (Direção Geral de Política de Justiça, 2018). Além disso, enquadra-se enquanto facto qualificado como crime no âmbito do Código Penal Português (CPP, Ministério da Justiça, 1995), agravado se praticado na presença de menor (Art.º 152º, CPP). Especificamente, a EVIP é qualificada como facto legitimador da intervenção por se constituir como situação de perigo, de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Art.º 3º, 2, alínea *f*, LPCJP). Com efeito, a literatura sobre o impacto negativo da EVIP no ajustamento infantil, a curto e longo prazo, reforça a necessidade deste enquadramento socio-legal (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Georgsson, Almqvist & Broberg, 2011; McTavish, MacGregor, Wathen, & MacMillan, 2016). No ano transato, 11.9% (N= 1661) das situações de perigo identificadas foram no âmbito da exposição à violência doméstica, correspondendo à quarta tipologia mais diagnosticada pelas CPCJs. Contudo, uma análise em termos relativos indicia a tendência consistente para o aumento de situações identificadas, no âmbito desta tipologia de perigo, desde 2014 (8.5%) a 2018 (11,4%) (CNPDPJC, 2018).

A literatura sugere a EVIP como uma forma de mau trato psicológico (Holden, 2003; McTavish et al., 2016) que pode colocar as crianças em risco de desenvolvimento de sintomatologia internalizante e externalizante a par da associação a défices ao nível das competências sociais e académicas (Goldblatt, 2003; McTavish et al., 2016; Roustit et al., 2009; Sturge-Apple, Skibo & Davies, 2012). Por esse motivo torna-se fundamental explorar o papel da EVIP nos comportamentos de *coping* das crianças e adolescentes, nomeadamente aqueles que se encontram sinalizados no Sistema de Promoção e Proteção, considerando os processos cognitivo-contextuais envolvidos e a perspectiva dos profissionais neste contexto.

Perspetivando responder aos objetivos propostos, a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos. O capítulo I concerne ao enquadramento conceptual da temática em estudo abordando, particularmente, o modelo teórico adotado, respetivas evidências empíricas e, os problemas de investigação identificados. Posteriormente, no capítulo II, é descrito o método, nomeadamente, os participantes, instrumentos e procedimentos de recolha e de análise de dados. O subsequente capítulo, III, visa apresentar os resultados obtidos. Por fim, no capítulo IV, são discutidos os resultados e

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

consideradas as limitações e implicações do presente estudo. Especificamente, reflete-se sobre as implicações para a prática interventiva no seio do Sistema de Promoção e Proteção e para a investigação neste domínio.

Capítulo I - Enquadramento Conceptual

Conceptualização da Exposição à Violência Interparental

A violência interparental pode ser definida como o padrão de comportamentos agressivos e coercivos a que os adultos recorrem nas relações íntimas (Holden, 2003), cuja dinâmica apresenta uma tendência para a cronicidade e para a escalada de comportamentos fisicamente mais abusivos (Sani, 2002a). O impacto da violência interparental manifesta-se em múltiplas esferas do funcionamento familiar e, singularmente nas crianças (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Goldblatt, 2003; Roustit et al., 2009) que são progressivamente incluídas como alvos de hostilidade nesta dinâmica (Sani, 2002a). A EVIP, constitui-se como um construto complexo e multidimensional que tem sido utilizado para conceptualizar a experiência de crianças que são expostas, de forma direta (e.g., testemunhar) ou indireta (e.g., experienciar as consequências da problemática) a este contexto de violência (Holden, 2003; Holt, Buckley, & Whelan, 2008; Izaguirre & Calvete, 2015; Sani & Caprichoso, 2013). A EVIP constitui-se, não só enquanto forma de mau trato emocional, como se afigura enquanto contexto de risco para a coocorrência de outras formas de mau trato (Sani, 2002b; Sani & Caprichoso, 2013), nomeadamente, abuso físico (Holden, 2003) e negligência (Holt et al., 2008).

Com efeito, a EVIP pode ser teoricamente enquadrada como uma forma de abuso emocional (De la Vega, De la Osa, Granero & Ezpeleta, 2013; Graham-Bermann, Gruber, Howell & Girz, 2009; Holden, 2003; Holt et al., 2008), na medida em que, interfere negativamente e, coloca em risco o desenvolvimento saudável e integral da criança (Sani & Caprichoso, 2013). O carácter particularmente disruptivo desta experiência decorre do facto de ocorrer num ambiente de particular relevância para o desenvolvimento do indivíduo (i.e., família), bem como da dependência da criança relativamente às figuras perpetradoras da violência, que são de elevada proximidade relacional e que deveriam constituir-se como uma base de segurança e suporte (Sani, 2002a; Sani, 2002b). A vivência, numa fase de desenvolvimento precoce, num ambiente pautado pela violência interparental pode ameaçar a segurança emocional das crianças, essencial a uma trajetória desenvolvimental saudável (Davies & Cummings, 1994; Roustit et al., 2009).

A literatura sobre o impacto da EVIP sugere o comprometimento do funcionamento cognitivo, comportamental, emocional e social nas crianças, e especificamente, a possibilidade de emergência de problemas internalizantes (e.g., ansiedade e depressão), externalizantes (e.g.,

comportamento agressivo, hiperatividade, delinquência). O stress crónico resultante da EVIP afeta, entre outros domínios, a capacidade de ativação fisiológica e a resposta de sobressalto, fatores associados ao desenvolvimento de sintomatologia associada a perturbações de stress pós-traumático (Fortin, Doucet, & Damant, 2011; Howell, 2011). Frequentemente as crianças expostas ao conflito interparental apresentam uma significativa reatividade emocional (Sani, 2002b) e padrões de vinculação desorganizados (Holt et al., 2008; Georgsson et al., 2011). Estas dificuldades podem resultar em problemas ao nível da competência social, particularmente, na dificuldade de resolução de problemas de forma construtiva, de interpretação de situações sociais e de estabelecimento de relações interpessoais (Sani, 2002b). Adicionalmente, a EVIP é um fator de risco para a perpetuação de agressão em relações íntimas na adolescência e adultícia (DeBoard-Lucas & Grych, 2011), o que suporta a premissa da transmissão intergeracional da violência (Holt et al., 2008; Sani, 2002b). Não obstante o contexto de adversidade e o potencial impacto negativo da EVIP, a investigação sugere também que há crianças que, apesar de expostas a estes contextos de violência, apresentam resultados adaptativos de desenvolvimento, ilustrando processos de resiliência (Graham-Bermann et al., 2009; Holt et al., 2008; Howell, 2011). Em suma, torna-se fundamental compreender a conceptualização e organização da vivência da EVIP e o subsequente impacto no funcionamento individual da criança.

Teoria Cognitivo-Contextual

A teoria cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) guia o conhecimento sobre a forma como as perceções das crianças sobre o conflito interparental podem contribuir para o seu posterior ajustamento (Ablow, Measelle, Cowan & Cowan, 2009), constituindo-se assim como uma base conceptual fundamental para explicar a EVIP (Cf. Figura 1.1.) (DeBoard-Lucas, Fosco, Raynor, & Grych, 2010; DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Fortin, et al., 2011; Grych, Fincham, Jouriles & McDonald, 2000).

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

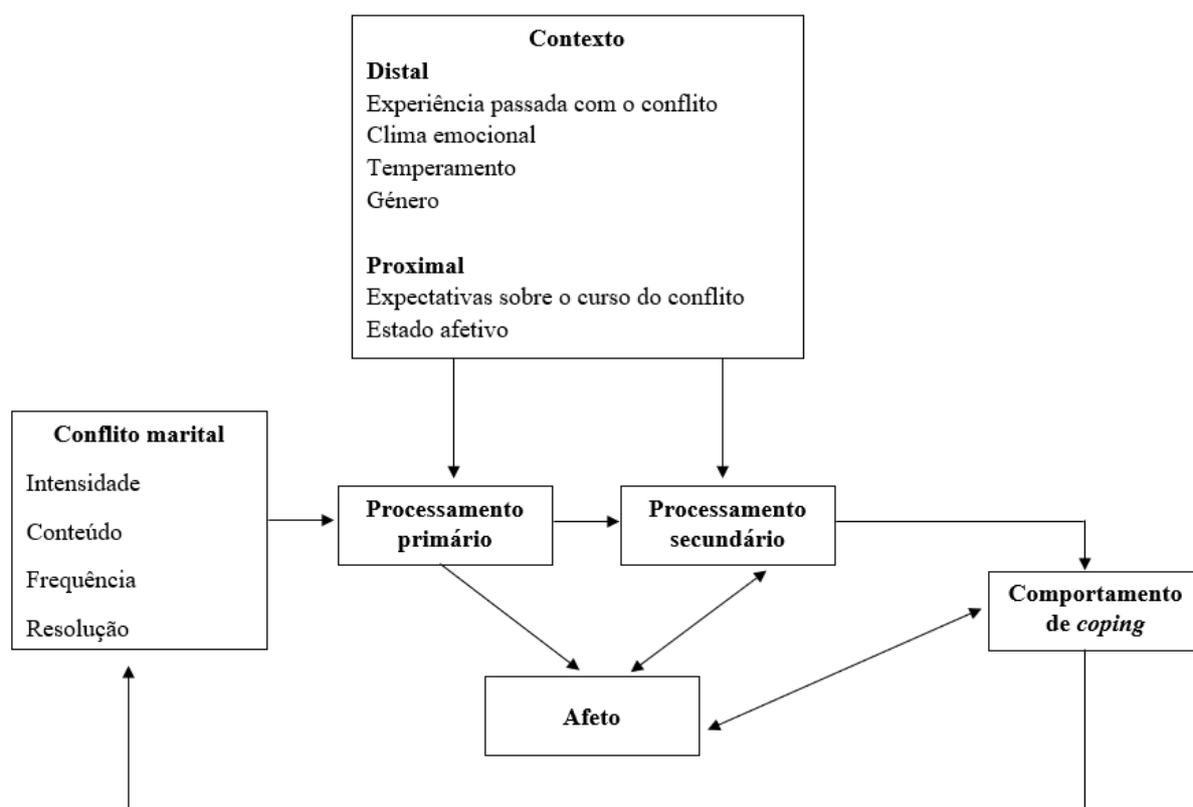


Figura 1.1. Modelo cognitivo-contextual adaptado de Grych e Fincham (1990, pp. 278)

De acordo com Grych e Fincham (1990), todas as relações são caracterizadas por algum grau de conflito, que varia em termos de frequência, intensidade, conteúdo e resolução. Nem todo o conflito implica *distress* para a criança, podendo até, alguns conflitos constituir-se como promotores de estratégias construtivas de resolução de problemas e de competência social (Davies & Cummings, 1994). Assim, é fundamental clarificar as dimensões do conflito interpaparental que podem estar associadas a consequências negativas para o desenvolvimento na infância. Neste sentido, o conflito frequente e intenso (Soares & Sani, 2015), por exemplo, quando envolve agressão física (Holt et al., 2008), está mais associado ao desenvolvimento de problemas de ajustamento (Grych & Fincham, 1990). Paralelamente, conflitos cujo conteúdo está associado à criança e, portanto, são mais relevantes para o self (Grych et al., 2000), assim como conflitos interpaparentais com uma resolução ineficaz, constituem-se como dimensões potencialmente indutoras de *distress* (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Soares & Sani, 2015).

As dimensões em que o conflito se expressa, num efeito conjunto com os fatores contextuais, afetam o processamento primário da informação relativa ao conflito interpaparental. O modelo proposto por Grych e Fincham (1990) salienta a importância do contexto em que

ocorre o conflito como fator enquadrador da interpretação da criança face ao mesmo, sendo que o contexto pode ser distal ou proximal. O contexto distal refere-se a fatores relativamente estáveis ou de mudança lenta (e.g., memória de experiências prévias de conflito ou o clima emocional da família). Por sua vez, o contexto proximal incluiu os pensamentos e sentimentos experienciados pelas crianças imediatamente antes do processamento do episódio de conflito (e.g., expectativas da criança face ao conflito e o estado psicológico da mesma) (Grych & Fincham, 1990).

A conjugação das dimensões em que é expresso o conflito interparental e os fatores contextuais impactam o processamento primário que a criança efetua relativamente ao acontecimento. Nesta fase de processamento, a criança percebe o evento stressor, extraindo informação sobre a sua negatividade, ameaça e relevância para o *self*, resultando numa avaliação sobre o evento como potencialmente ameaçador e originando uma reação afetiva inicial (Grych & Fincham, 1990). Neste sentido, quando o conflito é percebido, pela criança, como negativo e relevante para o *self* é potencialmente alvo de maior atenção e por conseguinte, de maior processamento. Numa fase subsequente - processamento secundário - a criança efetua atribuições causais e de responsabilidade pelo acontecimento e desenvolve expectativas sobre a eficácia da sua resposta de *coping* (Grych & Fincham, 1990). Este processamento é afetado pelo nível de ativação emocional da criança, e modela ainda, o afeto gerado pelo conflito. O processamento do acontecimento orienta a resposta comportamental da criança, ou seja, as suas estratégias de *coping* (Grych & Fincham, 1990). Adicionalmente, o presente modelo teórico sugere a importância da fase desenvolvimental da criança como fator impactante ao longo de todos os processos envolvidos na experiência de exposição ao conflito interparental (Grych & Fincham, 1990). Com efeito, o ajustamento da criança face ao conflito é expresso de acordo com as tarefas desenvolvimentais específicas da fase em que se encontra (Grych & Fincham, 2001).

Em suma, a teoria cognitivo-contextual objetiva a descrição dos processos psicológicos que se conjeturam emergir na exposição ao conflito interparental, sugerindo como premissa fundamental, a ideia de que as avaliações que as crianças fazem relativamente ao conflito medeiam os esforços de *coping* e o impacto do evento no seu funcionamento e ajustamento psicossocial (Grych & Fincham, 2001; Soares & Sani, 2015). Por esse motivo, o presente estudo será guiado teoricamente por este modelo, com vista à compreensão dos processos emergentes no contexto da EVIP. Neste sentido, passamos a descrever em detalhe os diferentes componentes do modelo e respetiva evidência empírica.

Dos Pressupostos Teóricos à Evidência Empírica: Componentes da Teoria Cognitivo-Contextual

Propriedades do conflito interparental.

As propriedades dos conflitos interparentais têm sido amplamente estudadas na literatura com recurso a metodologias diversas (e.g., observação laboratorial, questionários) (Davies & Cummings, 1994), ambicionando compreender as características com maior impacto para as crianças, orientadas frequentemente segundo as categorias da teoria cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990).

No que diz respeito à frequência, o aumento da exposição ao conflito é preditor de maior *distress* e maior reatividade comportamental nas crianças (Davies & Cummings, 1994), na medida em que, potencia a sensibilização ao conflito e o conseqüente aumento da insegurança emocional. Tal traduz-se numa menor capacidade de regulação emocional e comportamental e naturalmente, numa maior predisposição para a experiência de emoções negativas associadas à agressividade (e.g., raiva) e tristeza (e.g., insegurança, angústia) (Davies & Cummings, 1994; Sani, 2002a).

De acordo com Grych e Fincham (1990), a exposição a conflitos frequentes de baixa intensidade, pode não estar associada a problemas de ajustamento o que resulta, portanto, na premissa de que a intensidade do conflito se concretiza como um fator determinante no contexto da EVIP. Aliás, a exposição a conflitos que envolvem agressão física parece ser mais perturbadora e elicitadora de *distress* para a criança, comparativamente com formas menos intensas de violência (e.g., conflito verbal) (Davies & Cummings, 1994; Holt et al., 2008; Soares & Sani, 2015), o que se traduz numa maior severidade dos sintomas reportados (Howell, 2011). O conflito percebido pelas crianças como sendo hostil está provavelmente associado a percepções de maior ameaça para a integridade física *do self* e dos progenitores, para a estabilidade familiar (Grych et al., 2000) e maiores expectativas quanto à escalada do conflito. As referidas percepções de ameaça provocam, por conseguinte, reações de maior *distress* emocional (Sani, 2002a).

Relativamente ao conteúdo dos conflitos, tópicos relacionados com a criança estão potencialmente mais associados a processos de auto-culpabilização (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Grych et al., 2000). Esta percepção de responsabilidade pela existência do conflito pode estar associada a respostas mais agressivas e uma maior motivação para respostas interventivas que ponham término ao conflito (Soares & Sani, 2015). A parentalidade e as tarefas de cuidado

relativas à criança são frequentemente fonte de discórdia na relação conjugal e constituem-se como conteúdos relevantes para o *self* infantil. Dado a frequência e relevância destes conteúdos, existem amplas oportunidades na dinâmica familiar para que sejam inferidas hipóteses, pela criança, relevantemente ao seu papel no conflito. Uma vez que estes tópicos traduzem a implicação de que a criança, com a adoção de determinado comportamento, gerou o conflito (Grych et al., 2000). Estes conteúdos são, em suma, mais potenciadores de culpa, responsabilidade ou vergonha (Sani, 2002a).

A resolução do conflito varia num *continuum*, sendo as crianças sensíveis aos vários pontos do mesmo e podendo perceber a resolução através de diversos canais de informação (Davies & Cummings, 1994). A perceção de resolução do conflito pode minimizar os efeitos desta experiência (Sani, 2002a; Soares & Sani, 2015) e apresentar um conjunto de implicações positivas na criança, designadamente: a redução da possibilidade de escalada do conflito, a maior disponibilidade emocional dos progenitores e a preservação da estabilidade familiar (Davies & Cummings, 1994). De acordo com Grych e Fincham (1990), os cuidadores que resolvem o conflito de forma bem-sucedida providenciam modelos positivos de resolução de problemas e podem ser impulsionadores de competências sociais e de *coping*, enquanto a resolução ineficaz pode produzir tensão e culminar em episódios mais frequentes de violência.

É relevante salientar que o efeito cumulativo destas propriedades deve ser atendido, ou seja, crianças que estejam expostas a conflitos mais intensos, frequentes, com conteúdos relativos ao *self* e pobremente resolvidos apresentam mais *distress* do que, crianças expostas a conflitos de reduzida intensidade e frequência com temáticas não relacionadas à criança e que apresentem uma resolução satisfatória (Grych e Fincham, 1990).

Contexto do conflito interparental.

A exposição ao conflito interparental envolve um conjunto de variáveis particulares relacionadas com o próprio conflito (i.e., frequência, intensidade, conteúdo e resolução), e previamente enumeradas, mas a forma como se reflete nos comportamentos da criança parece decorrer também, de um conjunto de fatores contextuais que enquadram esta experiência, especificamente, aspetos do contexto distal e do contexto proximal.

Contexto distal.

Grych e Fincham (1990) propuseram que os aspetos psicológicos associados ao contexto, podem conceptualizar-se como linhas orientadoras do processamento do conflito

interpaparental. As características estáveis e de mudança lenta que caracterizam o contexto distal englobam: a) a experiência passada de conflito, b) o clima emocional, c) o temperamento e por fim c) o género da criança.

Experiência passada de conflito.

A experiência passada de conflito prediz a emocionalidade de uma criança quando confrontada com uma interação de conflito entre adultos significativos (Davies & Cummings, 1994). Quando a história de exposição ao conflito interpaparental é caracterizada por conflitos intensos, frequentes, de resolução insatisfatória e com conteúdos relevantes para a criança, é expectável que esta antecipe o mesmo curso de eventos em conflitos futuros (Grych e Fincham, 1990). Esta experiência tende a cristalizar-se em representações internas que guiam as inferências sobre os conflitos (Davies & Cummings, 1994), nomeadamente no que diz respeito ao processamento primário e secundário do conflito (Grych e Fincham, 1990). A título de exemplo do impacto cumulativo da história passada, a investigação mostra que as crianças reagem menos negativamente a conflitos de casais que consistentemente resolveram os conflitos de forma satisfatória, no passado (Davies & Cummings, 1994).

Uma história de conflito marcada pela exposição à violência física está associada a maiores níveis de *distress* e de respostas interventivas por parte das crianças (Davies & Cummings, 1994) porque se presume que a exposição ao conflito sensibilize a criança a este tipo de eventos (Grych e Fincham, 1990) uma vez que, mina a sua capacidade de regulação emocional e comportamental (Davies & Cummings, 1994). Neste sentido a investigação ilustra que crianças que são repetidamente expostas ao conflito interpaparental reportam mais reatividade emocional (i.e., afeto negativo), *distress* comportamental e ativação fisiológica (El-Sheikh, 1994; Fosco & Grych, 2008).

É de relevo mencionar que crianças com histórias de exposição ao conflito interpaparental apresentam uma maior amplitude de problemas comportamentais e emocionais, a par de dificuldades sociais. Especificamente, quadros psicopatológicos graves são quatro vezes mais prováveis em crianças expostas ao conflito interpaparental, por comparação a crianças de ambientes familiares não violentos (Davies & Cummings, 1994).

Clima emocional.

A relação entre o conflito interpaparental e o ajustamento da criança decorre também de outras dimensões do funcionamento familiar (DeBoard-Lucas et al., 2010), nomeadamente, no

que concerne às competências parentais e à relação progenitor-criança. Grych e Fincham (1990) descrevem estas dimensões enquanto clima emocional, envolvendo a percepção que as crianças têm sobre as relações familiares. Nesta conceptualização um ambiente de proximidade e suporte é um fator protetor face eventos stressores (Grych e Fincham, 1990). Em contraste, famílias que apresentam baixos níveis de afeto positivo e elevados níveis de expressão emocional negativa tendem a desencadear, na criança, sintomatologia de internalização e externalização (Soares & Sani, 2015).

A relação progenitor-criança materializa-se como um componente determinante do clima emocional (Grych e Fincham, 1990), traduzindo a interdependência do subsistema parental e conjugal (DeBoard-Lucas et al., 2010). A relação parental serve, idealmente, o propósito de ser uma fonte de segurança para a criança, especialmente em situações de particular *stress*, além de ser impulsionadora da exploração comportamental e regulação emocional. Com efeito, a EVIP parece comprometer a qualidade da parentalidade e a responsividade dos pais face às necessidades desenvolvimentais das crianças bem como a qualidade da relação de vinculação (Holt et al., 2008; Sani, 2002a). De facto, crianças com padrões de vinculação segura demonstram menor ansiedade e *distress* do que crianças com padrões de vinculação insegura (Davies & Cummings, 1994). Assim uma relação progenitor-criança de qualidade (e.g., vinculação segura) tem sido recorrentemente enumerada como fator protetor na mitigação de uma experiência traumática, nomeadamente, com enfoque no papel materno para o ajustamento global da criança, ao longo de diferentes estádios desenvolvimentais (Holt et al., 2008).

DeBoard-Lucas e colaboradores (2010) avaliaram a associação entre múltiplas dimensões de parentalidade (i.e., vinculação segura, parentalidade severa e responsividade parental às emoções negativas da criança) e as percepções das crianças sobre o conflito. Os autores concluíram que, crianças expostas ao conflito interpaparental reportavam maiores níveis de auto-culpabilização. Contudo esta associação era ampliada no contexto de práticas parentais negativas, tais como a coercividade e comportamentos de controlo maternos, paralelamente a respostas punitivas e de desprezo face ao *distress* da criança. As crianças com relações de vinculação segura com os progenitores tendiam a perceber o conflito como menos ameaçador e a reportar menor auto-culpabilização. Em suma, uma relação próxima e de suporte fomenta a crença de que o conflito é temporário e circunstancial e que, será eficazmente resolvido pelos progenitores (Davies & Cummings, 1994), experienciando a criança, menos responsabilidade e menor receio que o conflito ameace a estabilidade familiar.

Temperamento.

O temperamento pode ser conceptualizado como refletor das diferenças individuais, em formas características de comportamento dos indivíduos, podendo ser considerado como a matriz dos mesmos (Sturge-Apple et al., 2012).

Esta variável, de acordo com os autores do modelo cognitivo-contextual, pode afetar a relação entre o conflito interparental e o ajustamento da criança de múltiplas formas (Grych e Fincham, 1990). Especificamente, crianças mais reativas ao stress podem exibir maior sensibilidade e reações afetivas mais intensas perante o conflito, o que se traduz numa resposta comportamental de maior intensidade. Crianças cujo temperamento se reflete tipicamente em comportamentos agressivos podem apresentar uma maior predisposição para este padrão de respostas quando confrontadas com situações de stress. O temperamento afeta, de forma concorrente, a relação progenitor-criança, o que pode impactar o clima emocional da família. Sumariamente o temperamento da criança pode exacerbar a perceção de negatividade do conflito para a criança (Davies & Cummings, 1994).

Género.

A literatura revela a ausência de um padrão conclusivo face à vulnerabilidade de rapazes e raparigas em contextos de EVIP (Davies & Cummings, 1994; Grych et al., 2000; Grych & Fincham, 2001; Howell, 2011; Soares & Sani, 2015). Grych e colaboradores (2000), na sua investigação com crianças de ambos os géneros, em contextos comunitários e de casa abrigo, revelam que, os rapazes reportam maiores níveis de auto-culpabilização, tendo demonstrado relações consistentes entre a EVIP e os problemas internalizantes. Este resultado poderá ser explicado pelos processos de socialização do género masculino, que tendem a enfatizar a assertividade e ação em situações de stress. Assim, estes processos podem originar uma maior perceção de responsabilidade por parte dos rapazes relativamente ao término da violência e, por conseguinte, a experiência de disforia associada à incapacidade de o concretizar.

Contrariamente, diversas evidências empíricas sugerem que os rapazes tendem a demonstrar mais sintomas de externalização enquanto as raparigas apresentam mais sintomas de internalização (e.g. Soares & Sani, 2015), relacionando-se os problemas de ajustamento apresentados por raparigas sobretudo com processos de auto-culpabilização (Davies & Cummings, 1994). Segundo Grych e Fincham (1990), decorrente das experiências de socialização, as respostas comportamentais externalizantes (e.g. agressão) são menos toleradas

no género feminino, o que implica o desenvolvimento de abordagens alternativas nas raparigas face à expressão de *distress* (e.g., internalização).

Em síntese, as diferenças reportadas na literatura podem ser enquadradas numa perspetiva de reatividade diferencial, ou seja, rapazes e raparigas experienciam níveis comparáveis de *distress* mas a manifestação do mesmo é distinta (Grych & Fincham, 2001). Contudo, é pertinente que seja desenvolvida teoria explicativa que clarifique sob que condições o conflito pode afetar, de formas distintas, rapazes e raparigas (Grych et al., 2000). Para tal, devem também ser tidos em conta os efeitos dos mecanismos biológicos, de personalidade e de socialização (Grych & Fincham, 2001). Davies e Cummings (1994) salientam que a variável pode não ser, *per si*, explicativa, mas que deve ser analisada em função dos processos mediadores de avaliação de conflito, distintos entre rapazes e raparigas e cumulativamente face à interdependência de outros fatores (e.g., idade).

Contexto proximal.

O contexto proximal envolve as variáveis percebidas pela criança, do contexto imediato, que influenciam o seu processamento cognitivo do evento, nomeadamente as expectativas sobre o curso do conflito e o estado afetivo da criança.

Expectativas sobre o curso do conflito

As expectativas sobre o curso do conflito são primariamente influenciadas pelas experiências prévias de observação da expressão e resolução de conflitos interparentais (DeBoard-Lucas et al., 2010). Se os conflitos anteriores foram hostis e mal resolvidos, é provável que a criança esteja primada para experienciar mais afeto negativo, quando ocorre o conflito. Porém esta variável resulta, cumulativamente, da avaliação situacional, *in loco*, em que a criança utiliza pistas contextuais para avaliar a potencialidade de conflito (e.g., progenitor bater com a porta ao chegar a casa). Em síntese, se uma criança antecipa o conflito como sendo de menor magnitude, seja por pistas situacionais ou memórias prévias, tenderá a experienciar menores níveis de *distress* (Grych e Fincham, 1990).

Estado afetivo

Também o estado afetivo da criança (i.e., *mood*), no momento, impacta a avaliação que esta faz do conflito, na medida em que, emoções negativas tendem a predispor os indivíduos,

não só atentar mas, também, a recordar particularmente as características negativas das interações (Davies & Cummings, 1994). Por conseguinte, a experiência de afeto negativo, prévio ao conflito, pode exacerbar os sentimentos de *distress* enquanto o afeto positivo pode reduzir o mesmo. Note-se que, quando o conflito interparental é de elevados níveis de intensidade ou frequência, o estado afetivo da criança pode não se afigurar tão significativo para o processamento do conflito (Grych e Fincham, 1990).

Processamento primário.

O processamento primário é considerado por Grych e Fincham (1990) como a primeira etapa de avaliação cognitiva do evento em que, a criança percebe a ocorrência de um evento stressor e extrai informação sobre a sua negatividade, ameaça e auto-relevância, gerando uma percepção do evento como benigno ou maligno. O processamento primário gera uma reação afetiva inicial face à experiência de EVIP (Grych e Fincham, 1990). Esta avaliação é influenciada multiplamente pelas variáveis que caracterizam o episódio de conflito interparental, e por variáveis da própria criança (e.g., nível desenvolvimental e inerentes capacidades cognitivas). Assim, crianças mais novas são capazes de perceber ameaça face a um conflito saliente. À medida que as crianças crescem, estas são progressivamente mais capazes de distinguir formas subtis de conflito e tornam-se mais conscientes face às potenciais ameaças. Quando o conflito é percebido como negativo e significativo para o *self* este é potencialmente alvo de maior processamento.

Processamento secundário.

A fase de processamento secundário refere-se às atribuições de causalidade, responsabilidade e expectativas por parte da criança sobre a eficácia da resposta de *coping* (Grych e Fincham, 1990). Indivíduos com histórias de vitimização tentam adquirir maior controlo sobre os eventos através da atribuição de significado à experiência, integrando-a sua matriz desenvolvimental (Sani, 2002a).

Atribuições de causalidade.

A tentativa de compreender as causas e consequências de um evento é considerada adaptativa porque potencia a capacidade de resposta adequada, de antecipação do

comportamento do outro bem como de previsão de eventos subsequentes (Grych & Fincham, 1990; Grych & Fincham, 2001).

As atribuições causais mais frequentemente estudadas na literatura referem-se ao *locus* de controlo (i.e., interno ou externo), estabilidade (i.e., probabilidade de uma determinada causa re-ocorrer no futuro) e globalidade (i.e., grau com que a causa é percebida como afetando outras áreas da vida do indivíduo). A atribuição de um evento negativo a causas internas, estáveis e a fatores globais aumenta a probabilidade do seu impacto negativo. Desta forma, uma criança que percebe a causa do conflito interparental como sendo a ausência de sentimentos positivos entre os progenitores (estável e global) experienciará, teoricamente, mais *distress* face ao evento (Grych e Fincham, 1990).

Estas atribuições parecem variar em função da etapa desenvolvimental: crianças mais novas apresentam uma reduzida consciência sobre causas distais do evento e por isso, apresentam uma tendência para atribuir a causa do conflito a eventos proximais (e.g., o seu comportamento). Assim, crianças mais novas apresentam maior propensão para fazer atribuições internas sobre o conflito interparental (Grych e Fincham, 1990), podendo originar processos de auto-culpabilização (Ablow et al., 2009; Holt et al., 2008). Ao longo do desenvolvimento, as crianças ampliam a capacidade de raciocínio inferencial e adquirem mais competências para compreender intenções, pensamentos e disposições apresentando, portanto, uma maior compreensão de atribuições causais sobre o conflito, que não o seu comportamento (Grych e Fincham, 1990).

Atribuições de responsabilidade e culpa.

Após a atribuição causal relativa aos fatores potenciadores do conflito interparental, emergem as atribuições sobre a responsabilidade e culpa do agente causador do evento, nomeadamente, a intenção e motivação do comportamento (Grych e Fincham, 1990). A investigação mostra que, as atribuições de culpa nas crianças, aumentam à medida que o conflito se torna mais intenso. Potencialmente porque as crianças se sentem mais motivadas para terminar o conflito mas culpam-se pela incapacidade de o fazer. Do mesmo modo, é possível que os elevados níveis de ativação fisiológica associados a conflitos intensos possam ser disruptivos para o processamento cognitivo das crianças e conseqüentemente, conduzam a pensamentos distorcidos sobre os fatores explicativos do conflito (Grych et al., 2000). Com efeito, a auto-culpabilização parece mediar a relação entre a exposição ao conflito interparental e os problemas internalizantes (Grych et al., 2000). Parafraseando, crianças expostas ao conflito

interparental, particularmente aquele que é caracterizado por agressão verbal ou física, tendem a perceber-se como responsáveis pelo conflito e, por conseguinte, a experienciar mais culpa, tristeza ou reduzida autoestima. Esta constelação de fatores está associada ao desenvolvimento de sintomatologia internalizante (Grych et al., 2000; Howell, 2011; Soares & Sani, 2015). Além disso, a investigação sugere que sentir-se ameaçado e incapaz de gerir o conflito pode potenciar sentimentos persistentes de tristeza e ansiedade, particularmente quando as crianças são frequentemente expostas ao conflito (Grych et al., 2000).

As atribuições de responsabilidade e culpa têm o potencial de envolver a criança no conflito, de forma emocional e comportamental. Tal implica que crianças que acreditam serem a causa do conflito parental podem sentir-se culpadas e com vergonha e, portanto, ter um desejo mais forte de ajudar a resolver dos conflitos. Esta intervenção pode ter consequências negativas para a dinâmica familiar e, em última instância, para a própria criança (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Grych et al., 2000). Do mesmo modo, quando uma criança se culpabiliza pelo conflito é mais provável que se envolva em tarefas que garantam a coesão familiar e estabilidade (e.g., processos de parentificação). A parentificação é uma transgressão dos limites geracionais. Esta inversão de papéis leva a que a criança assuma responsabilidades que são demasiado exigentes, instrumental ou emocionalmente para a sua fase desenvolvimental, o que é provocador de *distress* e sentimentos de inadequação (Fortin et al., 2011).

Expectativas sobre eficácia da resposta de coping

De acordo com a teoria cognitivo-contextual, as expectativas de eficácia constituem-se como a outra das variáveis envolvidas no processamento secundário. Estas expectativas, segundo os autores, influenciam diretamente a resposta emocional e comportamental das crianças dado que, elevadas expectativas sobre a eficácia da resposta de *coping* estão associadas a maior envolvimento em comportamentos de *coping* tendencialmente interventivos. Por oposição, reduzidas expectativas de eficácia estão associadas a maior propensão para a frustração percebida e um menor envolvimento em esforços de *coping* interventivos (Grych e Fincham, 1990). Com efeito, a literatura tem sugerido que as perceções das crianças sobre a sua capacidade para lidar com o conflito desempenham uma função importante na sua resposta comportamental (Sani, 2002a). Além disso, as expectativas de eficácia podem modelar as perceções de ameaça decorrentes do conflito interparental. Logo, crianças que se consideram mais capazes de responder de forma adequada e eficaz ao evento percebem o mesmo como menos ameaçador (Grych et al., 2000). Por outro lado, as expectativas de eficácia são afetadas

pela ativação emocional, atribuições causais (e.g., a atribuição do conflito a fatores externos pode levar a menores expectativas de eficácia) e experiência prévia de *coping* da criança (e.g., se previamente tiver sido capaz de lidar com o conflito é mais provável que se considere capaz de gerir conflitos futuros).

Também a idade parece influenciar as expectativas de eficácia. Crianças mais novas, através do “pensamento mágico”, podem ter mais expectativas de que são capazes de pôr término à situação. O crescimento oportuniza uma avaliação mais realista da capacidade de *coping* e um repertório de estratégias de *coping* mais extenso, que lhes permite adaptar as competências às exigências situacionais. Porém crianças mais velhas apresentam, simultaneamente, uma maior experiência passada com o conflito e conseqüentemente maior conhecimento dos resultados das estratégias de *coping* adotadas. Assim, esta experiência pode ser mais determinante do que o desenvolvimento cognitivo, face às expectativas presentes (Grych e Fincham, 1990).

Afeto

No enquadramento teórico do modelo, o afeto decorre do processamento cognitivo e está envolvido na atribuição de significado subseqüente. Davies & Cummings (1994) sugerem que as emoções são um sistema de monitorização de significado interno, organizador da experiência pessoal e interpessoal que tem como função avaliar os eventos e guiar as respostas comportamentais.

As respostas emocionais face à violência são complexas e diversificadas (DeBoard-Lucas & Grych, 2011), sendo o *distress* e a raiva as respostas mais frequentes (Grych e Fincham, 1990). A investigação sobre o conhecimento emocional desenvolvida por Stein e Levine (1989), preconiza que as dimensões de afeto negativo (i.e., raiva e tristeza) emergem na seqüência da percepção na falha de atingir um objetivo sendo, contudo, caracterizadas por dimensões distintas.

A raiva, como resposta afetiva, é potencialmente mais emergente quando os indivíduos percebem uma ameaça a um objetivo relevante para o *self* que pode, todavia, ser reassegurado. No caso da EVIP, e estando em risco a integridade dos progenitores, as crianças podem julgar-se capazes de cessar o conflito e de restaurar um estado de equilíbrio (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

Por oposição, a tristeza é descrita como resultante de situações em que é identificada a falha num objetivo relevante para o *self* que é percebido como não podendo ser reestabelecido.

Face a uma situação de EVIP duradoura, a tristeza pode emergir decorrente da resignação da criança à presença de violência no contexto familiar (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

Assim a raiva está associada, teoricamente, a sentimentos de agênciã e a tristeza a sentimentos de impotência (Stein & Levine, 1989). Com efeito, as emoções de raiva e tristeza podem impactar a resposta de *coping* subsequente, nomeadamente numa predisposição para a intervenção ou para a retirada, respetivamente (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

A resposta emocional é afetada pela idade da criança sobretudo no que respeita à gradual capacidade de regulação emocional que as crianças desenvolvem (Grych e Fincham, 1990), facilitando a gestão dos eventos stressores.

Comportamentos de *coping*

Segundo Lazarus e Folkman (1984) o *coping* pode ser definido como os esforços comportamentais e cognitivos, em contante mudança, empregues pelos indivíduos para responder às exigências específicas, externas ou internas que são avaliadas como sobrecarregando os recursos dos indivíduos. Teoricamente estas estratégias podem ser conceptualizadas como focadas no problema, logo objetivando alterar o stressor (e.g., intervenção direta no conflito) ou focadas na emoção e, portanto, estratégias que procuram modelar a emoção sem alterar a situação (e.g., evitamento) (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Lazarus & Folkman, 1984; Soares & Sani, 2015). Tipicamente as estratégias focadas na emoção tendem a emergir decorrentes da avaliação de impossibilidade de alteração das condições ameaçadoras do ambiente. De forma divergente, o *coping* focado no problema é mais provável emergir quando as condições são percecionadas como suscetíveis de mudança (Lazarus & Folkman, 1984).

As diferentes estratégias de *coping* mencionadas objetivam a redução da ativação emocional gerada pelo evento (Grych e Fincham, 1990) podendo, estes comportamentos ser conceptualizados como uma tentativa de preservação e restauração da segurança emocional da criança (Ablow et al., 2009; Davies & Cummings, 1994). Assim o *coping* focado na emoção, em situações como a EVIP, na perspectiva das crianças, seria a estratégia mais adaptativa. Contudo a literatura sugere que as crianças tendem a adotar estratégias mais orientadas para a intervenção, à medida que a violência se intensifica e se torna fisicamente agressiva, não resolvida e com conteúdos associados à criança. Assim, o aumento do *distress* implica, potencialmente, o uso de estratégias que colocam as crianças em maior risco de se envolver no conflito. Este envolvimento pode resultar em consequências adversas como processos de

parentificação ou de extravasamento do conflito interparental para as relações parentais (Lazarus & Folkman, 1984).

Os resultados de DeBoard-Lucas e Grych (2011) são ilustrativos da premissa de que a intervenção e a retirada são formas primárias de resposta ao conflito adotadas pelas crianças expostas ao conflito interparental. A maioria da amostra do supramencionado estudo reportou o uso de estratégias de retirada e quase um terço referiu a intervenção direta (e.g., separar fisicamente os progenitores) ou indireta (e.g., chamar a polícia) para o término do conflito. As tentativas de intervenção refletem o quão ameaçadora a EVIP se constitui para as crianças e, particularmente, a saliência da ameaça face à segurança dos progenitores como uma ameaça percebida superior face à segurança do *self*. Esta reduzida percepção sobre o potencial de agressão infantil, no decorrer de um episódio de conflito interparental, coloca a segurança das crianças exponencialmente em risco (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

A manifestação de *distress* face ao conflito parece também variar em função da idade (Holt et al., 2008). O desenvolvimento cognitivo implica que, de forma gradual, se constrói uma maior capacidade de resolução de problemas e de estratégias ao nível da reestruturação cognitiva (e.g., foco nos aspetos positivos do evento, controlo retrospectivo) que se enquadram no *coping* focado na emoção. Paralelamente, o desenvolvimento de uma rede de suporte social mais extensa e da relevância do contacto com pares implica que, as crianças mais velhas passem a utilizar um repertório mais alargado de estratégias, para gerir a dinâmica de violência familiar. Tal traduz-se num distanciamento progressivo do contexto familiar e no envolvimento em atividades fora do contexto doméstico (Grych & Fincham, 2001). Em última instância, podem emergir comportamentos de *coping* centrados na experimentação de álcool ou de outras substâncias (Holt et al., 2008). Não obstante, é de salientar que, apesar de uma maior capacidade do uso de estratégias focadas na emoção, a literatura sugere também que à medida que aumenta a idade, aumenta também o uso de estratégias focadas no problema. Com efeito, os adolescentes parecem sentir-se mais motivados para a implementação de soluções mais sofisticadas (Grych & Fincham, 2001), tornando-se mais ativos e focados em intervir na dinâmica de violência ou em providenciar suporte emocional ou instrumental ao cuidador vítima (Holt et al., 2008).

Problemas de Investigação e Objetivos

De acordo com o modelo cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990), as características das crianças e os múltiplos padrões da dinâmica conjugal e familiar dos agregados podem ser facilitadores da compreensão relativa às distintas respostas cognitivas,

emocionais e comportamentais face à EVIP. As características previamente referenciadas podem ser explicativas de diferentes *outcomes* ao nível do funcionamento de jovens que vivenciam a problemática.

Apesar da investigação ter sugerido importantes conclusões sobre o fenómeno, esta tem sido, tradicionalmente, caracterizada pela sobre representação das cuidadoras enquanto informantes (Holt et al., 2008; Izaguirre & Calvete, 2015). O recurso às cuidadoras como fonte de informação singular está associado a dificuldades metodológicas que se centram, tipicamente, na subvalorização ou mesmo sobrevalorização da EVIP (Georgsson et al., 2011; Holt et al., 2008; Izaguirre & Calvete, 2015; Holt et al., 2008). Ademais o reporte da informação, na perspetiva das cuidadoras, é veiculado sob a ótica da sua própria experiência que é, neste caso, uma experiência paralela de vitimização, o que pode modelar a atenção, o processamento e os subsequentes processos mnésicos associados ao evento (Grych et al., 2000).

Concomitantemente, a utilização de outros informantes-chave é também escassa, nomeadamente provenientes de contextos extrafamiliares (e.g., profissionais) (Holden, 2003), à exceção do recurso à informação providenciada por professores (sobretudo nos anos 80 e 90) (Grych & Fincham, 1990). Neste sentido, é fundamental a expansão da investigação a outros agentes, cujo papel pode ser fundamental para a trajetória desenvolvimental destas crianças, como os profissionais do Sistema de Promoção e Proteção. Com efeito, atendendo às dificuldades amplamente reconhecidas ao nível da identificação, compreensão das dinâmicas e resposta adequada em situações de EVIP (Hazen et al., 2007; Holt et al., 2003), a perspetiva destes profissionais torna-se fundamental, na medida em que poderá informar de forma significativa a avaliação e intervenção neste contexto.

Além disso, e numa tentativa de ampliar os conhecimentos sobre os processos subjacentes ao conflito interparental e posterior ajustamento psicológico (Grych et al., 2000), no presente estudo, recorreremos a metodologias qualitativas. Estas potenciam um entendimento mais amplo do fenómeno, permitindo maior flexibilidade (Sani, 2002a) e a valorização da perspetiva e experiência dos indivíduos (Izaguirre & Calvete, 2015; Sani & Caprichoso, 2013). O recurso a uma metodologia qualitativa e aos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção (enquanto informantes-chave) permite obter uma compreensão acerca da organização da experiência EVIP, não contaminada, emocionalmente, pela própria experiência de vitimização (i.e., como no caso dos cuidadores enquanto informantes).

A presente revisão de literatura permitiu, ainda, identificar problemas de investigação relacionados com as características dos participantes. Com efeito, a sobre representação de

amostras em contexto de casa-abrigo (Holt et al., 2008), que tem vindo recentemente a alterar-se, coloca alguns desafios à investigação neste domínio. Estas dificuldades decorrem da especificidade do contexto, da reduzida percentagem de população que recorre a estas respostas (Graham-Bermann et al., 2009) e potencialmente, da maior severidade de vitimização experienciada por esta tipologia de vítimas. Assim, torna-se necessário que a investigação inclua também crianças e agregados familiares em contextos menos restritivos (Graham-Bermann et al., 2009; Holt et al., 2008; Izaguirre & Calvete, 2015), ainda que possam constituir-se enquanto populações de risco (e.g., crianças e jovens sinalizados no Sistema de Promoção e Proteção).

O impacto de qualquer experiência é amplamente influenciado pela fase desenvolvimental em que o indivíduo se encontra, maioritariamente no que se refere à sua capacidade de processamento, atribuição de significado e posteriormente, de integração da vivência (Holt et al., 2008; Sani, 2002a; Soares & Sani, 2015). Esta capacidade de construção da realidade social, na qual a criança é, progressivamente, sujeito ativo (Holt et al., 2008), não só orienta o comportamento como prediz o posterior ajustamento (Soares & Sani, 2015). Neste sentido os jovens, comparativamente com crianças de faixas etárias mais precoces, têm maior probabilidade de refletir sobre o significado, fatores explicativos da ocorrência da violência interparental e de compreender as consequências negativas associadas a estas interações (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Holt et al., 2008; Howell, 2011). Em suma, a faixa etária da adolescência é caracterizada por uma capacidade conceptual mais sofisticada (Sani, 2002a), o que justifica a escolha desta faixa etária neste estudo, potenciando aos profissionais uma informação mais ampla sobre a experiência de EVIP.

Neste sentido, a presente dissertação objetiva: a) compreender o papel da EVIP nos comportamentos de *coping*, de adolescentes, sinalizados no Sistema de Promoção e Proteção e b) explorar os processos cognitivo-contextuais na EPIV, a partir da perspetiva dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção.

Capítulo II - Método

Participantes

Participaram, neste estudo, 19 profissionais (100% sexo feminino) a desempenhar funções em três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos ($M= 44.79$; $DP=12.06$) e cujo tempo exercido de função variava entre os 6 meses e os 10 anos ($M=3.29$; $DP=2.54$). Relativamente às características dos jovens-alvo, 52.63% eram sexo masculino ($N=10$) e com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos ($M=13.58$; $DP= 1.98$) (Cf. Quadro 2.1.)

Os Processos de Promoção e Proteção (PPP) em análise, neste estudo, apresentam um tempo médio de acompanhamento de 9 meses ($M=9.11$; $DP=5.36$), sendo que 68.42% ($N=13$) dos processos encontravam-se em fase de execução e acompanhamento da medida (CNPDPJCJ, 2018). A Medida de Promoção e Proteção de Apoio Junto dos Pais (Art.º 35º, alínea *a*, LPCJP) foi a mais aplicada no contexto destes PPP ($N=11$). Importa complementarmente mencionar que, 63.16% dos PPP ($N=12$) se enquadram na tipologia processual de reabertura (CNPDPJCJ, 2018) e que, adicionalmente, em 36.84% ($N=7$) dos PPP decorria, nas devidas instâncias, processo-crime por violência doméstica (Art.º 152º, CPP).

Foi identificada a coocorrência de outras tipologias de mau trato (Barnett, Manly & Cicchetti, 1993), independente da EVIP, em 14¹ dos jovens na amostra. O mau trato moral é, teoricamente, conceptualizado como envolvendo comportamentos parentais que minam a socialização adequada da criança e podem potenciar comportamento antissocial (Barnett et al., 1993). Esta tipologia foi a mais prevalente, verificando-se em 11 dos jovens, envolvendo especificamente a exposição do adolescente ao consumo problemático de álcool de um dos cuidadores.

¹ As tipologias de mau-trato identificadas coocorrem não apenas com a exposição à violência interpaparental mas também entre si, o que justifica o facto de o total de jovens ser inferior ao N verificado em cada categoria.

Quadro 2.1.

Caracterização dos Processos de Promoção e Proteção dos Jovens-Alvo analisados pelos participantes

Variáveis	Categorias das variáveis	N	%
Sexo	Feminino	9	47.37
	Masculino	10	52.63
Tipologia de perigo sinalizada²	Exposição a violência interpaparental (Art.º 3º, alínea <i>f</i> , LPCJP)	16	84.21
	Exposição a violência interpaparental (Art.º 3º, alínea <i>f</i> , LPCJP) e mau trato físico e/ou psicológico (Art.º 3º, alínea <i>b</i> , LPCJP)	2	10.53
	Exposição a violência interpaparental (Art.º 3º, alínea <i>f</i> , LPCJP) e absentismo escolar (Art.º 3º, alínea <i>g</i> , LPCJP)	1	5.26
Estado do PPP	Avaliação diagnóstica	4	21.05
	Execução e acompanhamento de MPP: Apoio Junto dos Pais (Art.º 35º, alínea <i>a</i> , LPCJP)	11	57.90
	Execução e acompanhamento de MPP: Apoio Junto de Outro Familiar (Art.º 35º, alínea <i>b</i> , LPCJP)	2	10.53
	Proposta de arquivamento	2	10.53
Tipologia processual	Instaurado	7	36.84
	Reaberto	12	63.16
Coocorrência de outras tipologias de mau trato³	Mau trato emocional	6 ⁴	31.58
	Mau trato moral	11	57.90
	Mau trato físico	4	21.05
	Negligência (por falta de provisão)	3	15.79

Instrumentos

Questionário sociodemográfico.

O questionário sociodemográfico integra dados sociodemográficos dos informantes e portanto, dos profissionais (e.g., idade e habilitações académicas) e dos jovens sinalizados (e.g.,

² Face à uma sinalização de um PPP enquadrada em duas tipologias de perigo, para efeitos do presente estudo, foi apenas contabilizada na tipologia de perigo adicional à EVIP.

³ A identificação desta categoria deriva da análise do discurso dos próprios profissionais.

⁴ Na dita categoria foram apenas contabilizados jovens com experiência de mau trato emocional independente da exposição à violência interpaparental (e.g., agressão verbal à criança).

idade, sexo), bem como informação relativa aos Processos de Promoção e Proteção em questão (i.e., motivo de sinalização, tempo em acompanhamento do referido processo e medida de promoção e proteção aplicada) (Anexo A).

Guião de entrevista semiestruturada.

O guião de entrevista semiestruturada foi construído com base nos construtos teóricos do modelo cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) e a operacionalização dos mesmos foi elaborada com recurso à literatura nesta área, nomeadamente, à análise de instrumentos neste domínio (e.g., Deboard-Lucas & Grych, 2011; Sani, 2002b). O guião é constituído por três blocos temáticos que visam a avaliação dos múltiplos constructos da teoria cognitivo-contextual, especificamente, a caracterização do conflito interpaparental, de forma multidimensional (e.g., resolução [i.e., *“Tipicamente como é que cessam o conflito?”*]) bem como avaliação dos fatores do contexto, nomeadamente do contexto distal (e.g., clima emocional familiar [e.g., *“No geral, como descreveria o ambiente nesta família?”*]) e proximal (e.g., expectativas do curso do conflito [i.e., *“Quero que pense no episódio de que me falou e que tente considerar os momentos antes da discussão/conflito. Nesse momento, antes da discussão, o que é que acha que o/a jovem pensou que ia acontecer?”*]) que influenciam o processamento do conflito interpaparental. Do mesmo modo, foi possível avaliar a perceção dos profissionais relativamente ao processamento da experiência de EVIP, particularmente no domínio cognitivo (e.g., atribuição de responsabilidade e culpa [i.e., *“Acha que ele atribuiu a responsabilidade pelo que aconteceu a alguém?”*]), afetivo (i.e., *“O que acha que o/a jovem sentiu quando estavam a discutir?”*) e comportamental [e.g., comportamentos de *coping* no decorrer do conflito [i.e., *“O que é que o/a jovem fez quando o casal estava discutir?”*]).

Adicionalmente, o guião incluiu blocos temáticos não pertencentes ao modelo teórico de Grych e Fincham (1990) e que visam a obtenção de informação sobre o impacto do conflito interpaparental (e.g., Impacto da resposta comportamental do jovem no conflito interpaparental [e.g., *“Como é que acha que o comportamento dele/a ajudou a terminar o conflito?”*]) e informação sobre a experiência de outras formas de vitimização (e.g., Coocorrência de outras formas de abuso [e.g., *“Aconteceu mais alguma situação, sem ser nas discussões entre o casal, em que algum dos pais tenha magoado o/a jovem (física ou psicologicamente)”*]) (Anexo B)⁵.

⁵ Os blocos temáticos preditos não se encontram, todos, na sequência descrita na seção do instrumento uma vez que, para efeitos do guião, a informação foi encadeada de forma a possibilitar ao participante o acompanhamento da estrutura conceptual da entrevista.

Procedimentos de recolha de dados

O presente estudo encontra-se integrado num projeto de investigação mais alargado, que prevê a utilização de uma metodologia mista (i.e., qualitativa e quantitativa) de recolha de dados com múltiplos informantes (i.e., cuidadores, jovens e profissionais do Sistema de Promoção e Proteção). No entanto, o foco da presente dissertação é apenas explorar as questões anteriormente referidas com os profissionais como informantes. O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ética do ISCTE-IUL (Ref. 20/2019).

Depois da aprovação, foram efetuados pedidos formais de recolha de dados às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e efetuada uma reunião de apresentação da metodologia de recolha de dados e dos critérios de inclusão dos participantes (amostra por conveniência).

Foi solicitado aos participantes que se centrassem, especificamente, num Processo de Promoção e Proteção (PPP)⁶ que correspondesse aos seguintes critérios de inclusão: a) um PPP de um jovem sujeito, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional (Art.º 3º, alínea *f*, LPCJP) e, particularmente, a exposição a violência interpaparental; b) avaliação diagnóstica concluída, por forma a garantir o maior conhecimento do profissional das dinâmicas processuais e que c) os jovens sinalizados, aos quais os profissionais se reportariam, tivessem entre os 10 anos e os 19 anos, período definido pela Organização Mundial de Saúde como adolescência (WHO, 1986).

Os participantes foram elucidados relativamente aos objetivos da investigação e aos inerentes aspetos éticos e deontológicos, nomeadamente à natureza voluntária da participação, à confidencialidade e anonimato dos dados e à necessidade de gravação áudio das entrevistas (OPP, 2011). Depois de obtido consentimento informado (Anexo C), a entrevista foi conduzida na mesma sequência para todos os participantes. A recolha de dados foi concretizada nas instalações das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, somente com a presença do investigador e do participante. A duração das entrevistas variou entre os 27 minutos e os 104 minutos. Após o término da recolha de dados foi feito um *debriefing* sobre a investigação, aos participantes (Anexo D).

⁶ Foi adicionalmente requerido aos participantes que, caso o agregado familiar fosse composto por uma fratria e que a mesma estivesse sinalizada, que fosse feita alusão apenas a um dos jovens.

Procedimentos de análise de dados

As entrevistas foram transcritas *verbatim* e analisadas com recurso ao software Nvivo 12. A estratégia analítica adotada foi a análise temática, método que propicia a identificação, análise e descrição de padrões de informação emergentes nos dados (Braun & Clarke, 2006). Esta análise revestiu-se de um carácter dedutivo-indutivo, ou seja, os dados foram analisados à luz de uma teoria dominante na área de estudo, a teoria cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990) mas mantendo, paralelamente, a consideração de temas emergentes a partir dos dados.

A análise foi efetuada de acordo com as etapas propostas por Braun & Clarke (2006), iniciando-se através de um processo de familiarização com os dados (1) que ocorreu através da transcrição da informação verbal obtida e subsequente exploração inicial da mesma. Nesta etapa, o objetivo passou por gerar códigos iniciais (2) e identificar padrões relevantes nos dados. Após a codificação dos extratos de informação em categorias foram procurados temas (3), ou seja, uma esfera mais ampla que possibilitasse a organização dos códigos previamente identificados (i.e., emergentes dos dados e ancorados no quadro teórico cognitivo-contextual). Neste âmbito foi criado um mapa temático que permitisse compreender a relação entre os códigos e os temas. Posteriormente os temas foram revistos (4) objetivando compreender se as codificações efetuadas e respetivos extratos de informação, apresentavam coerência interna e heterogeneidade externa. Numa última fase foram nomeados e definidos operacionalmente os temas e subtemas, presentes no mapa temático. As unidades de registo consideradas particularmente ilustrativas do tema foram selecionadas como exemplificativas do respetivo domínio (i.e., tema e subtemas). Cada unidade de registo é identificada com informação sociodemográfica descritiva do jovem-alvo. A descrição dos resultados inclui o número de participantes que reportou o referido subtema (N) e o número de unidades de registo incluídas em cada subtema (n). No sentido de garantir a validade e fiabilidade do processo de análise, a codificação dos dados foi sistematicamente discutida com um investigador sénior.

Capítulo III - Resultados

Os resultados obtidos neste estudo revelaram 11 temas centrais (Cf. Quadro 3.1.), dos quais quatro emergiram exclusivamente dos dados obtidos (i.e., Fatores de Risco para o Conflito Interpaparental; Impacto do Comportamento de *Coping* no Conflito, Impacto do Conflito no Funcionamento Individual e Impacto do Conflito na Qualidade das Relações Pais-filhos) e os restantes sete estão ancorados no referencial teórico cognitivo-contextual (Conflito Interpaparental; Contexto Distal; Contexto Proximal; Processamento Primário; Processamento Secundário; Afeto; Comportamento de *Coping*) (Grych & Fincham, 1990).

Quadro 3.1.

Síntese dos Resultados - temas e subtemas

Temas	Subtemas
Fatores de Risco para o Conflito Interpaparental	Consumo problemático de álcool (N=11; n=20)
	Problemas socioeconômicos (N=8; n=10)
	Isolamento social familiar (N= 6; n=9)
Conflito Interpaparental	Conflito centrado na dinâmica relacional (N=14; n=54)
	Conflito centrado na gestão familiar (N=8; n=18)
	Frequência elevada (N=15; n=18)
	Frequência reduzida/sem conhecimento (N=4; n=6)
	Violência psicológica e física (N=11; n=43)
	Violência psicológica (N=7; n=21)
	Violência psicológica e sexual (N=2; n=7)
	Resolução baseada na intervenção externa (N=11; n=13)
	Retirada de um elemento (N=8; n=15)
	Resignação da vítima (N=4; n=7)
Contexto Distal	Experiência passada com o conflito (N=19; n=36)
	Temperamento tranquilo (N=12; n=25)
	Temperamento ansioso/impulsivo (N=7; n=15)
	Clima familiar de suporte (N=18; n=123)
	Clima familiar hostil (N=16; n=45)
Contexto Proximal	Distanciamento afetivo (N=4; n=18)
	Estabilidade emocional (N=4; n=8)
	Estado afetivo perturbado (N=4; n=5)
	Expectativa de continuidade do conflito (N=7; n=12)
Processamento Primário	Expectativa de suspensão do conflito (N=4; n=9)
	Dessensibilização (N=7; n=18)
Processamento Secundário	Percepção de ameaça (N=7; n=16)
	Responsabilização do agressor (N=8; n=22)
	Responsabilização do agressor e da vítima (N=7; n=22)

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

	Responsabilização da vítima (N=2; n=2)
	Expectativas elevadas de auto-eficácia do adolescente (N=4; n=7)
	Expectativas reduzidas de auto-eficácia do adolescente (N=4; n=5)
Afeto	Medo (N=10; n=24)
	Tristeza (N=5; n=7)
	Raiva (N=5; n=11)
	Embotamento afetivo (N=3; n=7)
Comportamento de Coping	Evitamento (N=15; n=47)
	Procura de suporte (N=11; n=20)
	Intervenção (N=6; n=22)
Impacto do Comportamento de Coping no Conflito	Manutenção do conflito (N=5; n=6)
	Término do conflito (N=3; n=6)
Impacto do Conflito no Funcionamento Individual	Internalização (N=11; n=39).
	Problemas no funcionamento académico (N=10; n=19)
	Problemas de integração social (N=7; n=15)
	Externalização (N=7; n=16)
Impacto do Conflito na Qualidade das Relações Pais-Filhos	Trajetórias resilientes (N=8; n=26)
	Ausência de relações de cuidado securizantes/protetoras (N=13; n=35)
	Parentificação (N=10; n=24)

Fatores de Risco para o Conflito Interpaparental

O presente tema refere-se às características dos contextos de desenvolvimento dos jovens, percebidas pelos profissionais como potenciadoras de um padrão de conflito entre os cuidadores, e inclui três subtemas: *Consumo Problemático de Álcool* (N=11), *Problemas Socioeconómicos* (N=8) e *Isolamento Social Familiar* (N= 6).

O *Consumo Problemático de Álcool* refere-se à existência de comportamentos aditivos por parte do cuidador que potencia a emergência de conflito interpaparental (“E o senhor começou a não se sentir muito bem e começou a ter aqui alguns consumos e realmente quando consumia, perdia completamente o controlo.”; P9, F, 15A). O subtema *Problemas Socioeconómicos* inclui dificuldades económicas ou de inserção comunitária do agregado familiar (“Eu acho que há aqui uma dependência económica porque esta mãe não tem fonte de rendimento, este senhor ainda assim, é o único que trabalha e que traz algum dinheiro para casa.”; P17, F, 12A). Finalmente, o *Isolamento Social Familiar* refere-se à restrição de contactos do agregado familiar com outros elementos dos contextos sociais, comunitários e família alargada (e.g., “Nunca deixaram esta menina conviver com a tia. Portanto a tia não se tinha nunca apercebido do que se passava dentro de casa, até porque não estava com ela desde que ela era pequenininha.”; P3, F, 16A).

Conflito Interparental

O tema Conflito Interparental, definido como o padrão de comportamentos agressivos e coercivos a que os cuidadores recorrem nas relações íntimas (Holden, 2003), emerge no presente estudo como sendo caracterizado por envolver dois conteúdos fundamentais – *Conflito centrado na Dinâmica Relacional* (N=14) e *Conflito centrado na Gestão Familiar* (N=8). Concretamente, o *Conflito centrado na Dinâmica Relacional* agrega aspetos da esfera conjugal, nomeadamente, infidelidade e comportamentos de controlo do/a companheira/a (e.g., “Portanto eu acho que as discussões são todas de possessão e de controlo.”; P14, M, 11A) e da esfera parental (i.e., incongruência parental na definição de regras e prestação de cuidados básicos) (e.g., “(...) Em relação aos filhos posso dizer que qualquer decisão que a mãe tomasse o pai não concordava porque achava que era abusiva, que ela exagerava, que os mandava fazer muitas tarefas em casa. Portanto não tomavam decisões conjuntas em relação aos filhos.” (P5, M, 15A). O subtema *Conflito centrado na Gestão Familiar* refere-se a aspetos de gestão financeira e tarefas domésticas (N=8) (e.g., “Eles discutem principalmente sobre as questões económicas, sobre a gestão do dinheiro (...)”. (P7, F, 16ª).

Do mesmo modo, diferentes padrões de comportamentos agressivos e coercivos parecem caracterizar o conflito interparental, nomeadamente, a *Violência Física e Psicológica* (N=11), *Violência Psicológica* (N=7) e *Violência Psicológica e Sexual* (N=2). A maioria dos participantes conceptualizou o conflito interparental nos respetivos agregados familiares num padrão de *Violência Psicológica e Física* e portanto, caracterizado pela existência de comportamentos de injúrias, ameaças à integridade e/ou controlo do meio social da vítima a par de comportamentos agressivos infligidos para com a mesma (e.g., “Torce-lhe os dedos da mão, aperta-lhe o pescoço (...) E depois tem conversas do tipo “eu não saio de casa, só saio daqui para o cemitério ou para a prisão”. Depois ameaça a mãe de morte que “tu vais sair daqui mas é para ir para o cemitério.”; P1, F, 11ª). A *Violência Psicológica* traduz a presença de comportamentos de injúrias, ameaças à integridade e/ou controlo do meio social da vítima (“Existem muitos episódios de violência verbal, muitas injúrias, gravações das conversas, ameaças, é mais...é um caso de violência verbal, mesmo. Não creio que alguma vez tenha existido violência física, mas há aqui muito controlo das pessoas com quem a mãe sai, pronto. E esta, a palavra acaba por ser sempre deste pai, porque tem mais poder e, portanto...não sei se chega aqui a haver uma situação clara em que a mãe não concorde, porque acho que ela não chega a poder dizer que não concorda.”; P12, F, 13A). No que diz respeito à *Violência Psicológica e Sexual* este subtema remete, não apenas para a existência de comportamentos de

injúria, ameaças à integridade e/ou controlo do meio social da vítima como também, comportamentos que visam forçar a companheira a comportamentos sexuais não desejados (e.g., coação sexual) (e.g., “A mãe disse-me que quando (...) ele quando está fixado nela, quando o alvo é ela, não larga. Nomeadamente enquanto casal. É um sofrimento... ainda mais.”; P13, M, 15A).

O conflito interpaparental foi, ainda, caracterizado como *Conflito de Elevada Frequência* (N=15), na medida em que, tende a ocorrer com uma periodicidade diária ou semanal (“O ambiente era muito pesado porque as discussões eram diárias.”; P5, M, 15A), e como *Conflito de Frequência Reduzida/sem conhecimento* (N=4) sempre que ocorre com uma periodicidade mensal ou que os informantes não foram capazes de especificar (“Talvez fossem discussões mensais, se tanto.”; P8, M, 10A).

Finalmente, foram identificados três subtemas caracterizadores do conflito interpaparental, nomeadamente descrevendo a forma como o conflito parece cessar – *Resolução baseada na intervenção externa* (N=11), *Retirada de um elemento* (N=8), *Resignação da Vítima* (N=4). O primeiro subtema envolve o término do conflito pela intervenção de elementos externos ao casal (i.e., forças policiais ou filhos) (“Eu acho que eles sozinhos não conseguem parar. Eles acabam por parar porque os filhos acabam por interferir.”; P7, F, 16A). A *Retirada de um elemento* envolve a saída de um dos elementos do casal do contexto físico onde ocorre o conflito (“O que eles dizem é que há insultos, há insultos e o pai o que diz é que depois sai de casa, vai para o café.”; P7, F, 16A). Por fim, o subtema *Resignação da Vítima* identifica o término do conflito pelo desanimo aprendido e resignação da vítima (“A viver tantos anos assim eu acho que esta mulher não fazia muito frente à provocação, quando o marido instalava a discussão. Ela tentava travar, apaziguar, não fazia frente.”; P14, M, 11A).

Contexto Distal

O presente tema envolve fatores relativamente estáveis ou de mudança lenta que podem influenciar a resposta do jovem ao conflito (Grych & Fincham, 1990), nomeadamente a *Experiência Passada com o Conflito* (N=19), que envolve a existência de contacto prévio, ao episódio que motivou a abertura do PPP com a dinâmica de conflito interpaparental (“Eu acho que ele assiste a este tipo de discussão e de violência deste pequeno.”; P6, M, 12A).

Além disso, o contexto distal inclui ainda subtemas relacionados com características temperamentais dos jovens, nomeadamente, *Temperamento Tranquilo* (N=12), que reflete uma tendência/disposição comportamental de maior estabilidade emocional (“Eu acho que...a

sensação que eu tenho é uma jovem bastante calma e tranquila, que assume até bastante responsabilidades e que de alguma forma corresponde (...)" (P17, F, 12A) e o *Temperamento Ansioso/Impulsivo* (N=7), que envolve um padrão de comportamento irritável e impulsivo ("Por exemplo, a mãe mandou-o arrumar a roupa que estava espalhada no chão do quarto e ele disse "não arrumo, arrumas tu" e a mãe insistiu e ele disse "és uma cabra", precisamente." P5, M, 15A).

Finalmente, foram ainda identificados três subtemas relativos ao contexto distal, que estão mais relacionados com o clima e relações familiares: *Clima Familiar de Suporte* (N=18), *Clima Familiar Hostil* (N=16) e *Distanciamento Afetivo* (N=4). O *Clima Familiar de Suporte* refere-se a ambientes familiares potenciadores de relações de proximidade, num ou vários subsistemas que compõem o sistema familiar. Tal pode verificar-se no subsistema parental ou fraternal ("Acho que a M. C. tem aqui um fascínio por esta irmã mais velha, que já tem vinte e poucos anos (...) esta irmã conseguiu ter aqui um percurso de vida diferente e hoje em dia está na Academia Militar, portanto tem aqui um percurso muito interessante e eu acho que a M. C. vê na irmã, uma figura que ela admira bastante. Portanto a relação é muito positiva."; P17, F, 12A).

Por oposição, o *Clima Familiar Hostil* envolve ambientes percebidos pelos profissionais como potenciadores de relações de conflituosidade, num ou vários subsistemas que compõem o sistema familiar. Esta propensão para a hostilidade pode ocorrer ao nível do subsistema conjugal, fraternal ou parental, especificamente na relação com o cuidador vítima. ("Diz-lhe, por exemplo, "és uma cabra" porque, julgo eu e aliás a mãe refere isso em contexto de entrevista, que é o que ouve o pai chamar à mãe. E recusa-se a fazer as atividades que são propostas pela mãe, neste momento recusa-se a viver com a mãe, é so com o pai"; P5, M, 15A). Finalmente, o subtema *Distanciamento Afetivo* refere-se à ausência de uma relação próxima (positiva ou negativa) com ambos os cuidadores ("Ela sente-se deslocada, sente-se mal na família onde nasceu." (P3, F, 16A).

Contexto Proximal

O supracitado tema compreende as cognições e emoções experienciadas pelos jovens imediatamente antes do processamento do episódio de conflito (Grych & Fincham, 1990) e envolve um conjunto de quatro subtemas: *Estado Afetivo Perturbado*, *Estabilidade Emocional*, *Expectativas de Continuidade do Conflito* e *Expectativas de Suspensão do Conflito*.

O estado afetivo dos jovens previamente à exposição ao conflito envolve um *Estado Afetivo Perturbado* (N=4), caracterizado por um estado afetivo marcadamente negativo, tenso e perturbado (“O L. vivia também nesta tensão e sempre “sem saber o que é que vai acontecer hoje... Qual vai ser a discussão hoje? Ele vai discutir? Não vai discutir? Vai começar a implicar com o quê?”; P18, M, 16A) e um subtema de *Estabilidade Emocional* (N=4), cuja experiência prévia envolve afeto positivo, serenidade e estabilidade (“Eu sei é que muitas vezes o que a A. e o A. contam é que eles estão sossegados em casa, tranquilos a brincar no quarto ou a fazer jogos ou a estar com a mãe ou a ver televisão, estão tranquilos”; P1, F, 11A).

A avaliação das pistas situacionais do episódio de conflito, a par da experiência passada dos jovens com o conflito (Grych & Fincham, 1990) permitem o desenvolvimento de *Expectativas de Continuidade do Conflito* (N=7) por parte dos jovens, considerando que o conflito interpaparental pode continuar e/ou agravar-se (“Eu acho que sim. Até pela entrevista que eu lhe fiz, ela própria diz que já sabe a forma como o pai entra em casa e a forma como ele fecha a porta, ela já consegue perceber se ele vem alterado ou não e aí ela já consegue identificar sim.”; P1, F, 11A). Em contraste, emergiu também, no presente estudo, o subtema *Expectativas de Suspensão do Conflito* (N=4) (“Eu acho que ele não, talvez tenha pensado que pronto era mais uma discussão igual às outras ou parecida com as outras que já vinham a acontecer. Eu penso é que ninguém estava à espera, nem o L., nem ninguém lá em casa estava à espera que o pai partisse para a agressão física.”; P18, M, 16A).

Processamento Primário

O presente tema refere-se à extração de informação relativamente às características do episódio de conflito interpaparental que permite aos jovens a identificação da necessidade de processamento subsequente face à sua importância. Foram identificados dois subtemas relativamente ao processamento primário da experiência de exposição ao conflito: *Percepção de Ameaça* (N=7) e *Dessensibilização* (N=7). A *Dessensibilização* refere-se a uma diminuição da tendência para responder a estímulos que se tornam familiares (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2011), como sendo o conflito entre os cuidadores (“Eu acho que ela estava a pensar “outra vez, isto está a acontecer outra vez”. Eu acho que às tantas ela também acaba um bocadinho por dessensibilizar estas situações, não é? Porque pronto, esta é a primeira situação que nós temos conhecimento, mas não creio que terá sido a primeira vez na vida dela, até porque ela depois é que acaba por desvalorizar muito a situação. Portanto acho que às tantas acaba por integrar isto na rotina dela e ver isto como normal, não é?”; P12, F, 13A). A *Percepção de Ameaça* está

centrada no perigo percebido para o cuidador vítima e para o *self* (“(...)A A. estava a ver a mãe já afogada, na expressão que ela usou, afogada sem conseguir respirar [o agressor tinha o braço à volta do pescoço da vítima]. E ela pensou mesmo que o pai pudesse matar a mãe.”; P1, F, 11A).

Processamento Secundário

O *Processamento Secundário* refere-se à extração de informação relativamente às características do episódio de conflito interpaparental que permitem ao jovem compreender e lidar com a referida experiência (Grych & Fincham, 1990). Este tema inclui cinco subtemas: *Responsabilização do Agressor*, *Responsabilização do Agressor e da Vítima*, *Responsabilização da Vítima*, *Expectativas Elevadas de Auto-eficácia* e *Expectativas Reduzidas de Auto-eficácia*.

A *Responsabilização do Agressor* (N=8) refere-se à imputação por parte do/a jovem de responsabilidade pela ocorrência do conflito apenas ao agressor (“Ela vê (...) o pai aqui como o agressor e o que despoleta estes comportamentos todos. Porque o que acontece muitas vezes é que ela está em casa com a mãe e com os irmãos e está tudo tranquilo. O ambiente é estável e adequado. O pior é então quando o pai chega.”; P1, F, 11A). Não obstante, surgem também subtemas relacionados com a *Responsabilização do agressor e da vítima* (N=7), envolvendo a percepção dos jovens de que perpetrador e vítima são corresponsáveis (“Mas acha que ambos têm um bocadinho de culpa porque a mãe acaba por não tomar uma posição por ser fraca e o pai ser uma pessoa que ao consumir perde o controlo, facilmente.”; P9; F; 15A) e apenas a *Responsabilização da vítima* (N=2) em jovens cuja atribuição de responsabilidade é orientada apenas para a vítima (“Atribui à mãe. Inicialmente, como lhe disse, fez uma aliança com a mãe porque achou aqui mal o pai ter arranjado outra pessoa. Neste momento está completamente manipulado pelo pai e atribui todas as culpas do que acontece à mãe.”; P5, M, 15A).

Finalmente, as crenças do jovem relativas à capacidade de lidar com o conflito (Grych & Fincham, 1990) estão organizadas em dois subtemas: *Expectativas Elevadas de Auto-Eficácia* (N=4) (“E é por isso que eu acho que ela é capaz de gerir, porque como é que lhe passaria pela cabeça que, uma miúda de doze anos se consegue meter no meio de uma situação de violência e que isso iria cessar, não é? Antes pelo contrário.”; P17, F, 12A) e *Expectativas Reduzidas de Auto-Eficácia* (N=4) (“Eu acho que é realmente isto: “Eu não consigo lidar com esta situação. Eu não consigo. Não consigo ver os meus pais assim. Sinto tristeza por ver os

meus pais assim. Eu não consigo, estou farta, estou realmente cansada e não consigo gerir isto. (...)”; P12, F, 13A).

Afeto

O presente tema refere-se à experiência emocional decorrente da exposição ao conflito, tendo sido identificados quatro subtemas, que refletem emoções universalmente reconhecidas – *Medo* (N=10) (“Eu acho que ela sentiu muito medo. Ficou mesmo com muito medo e com receio que ele fizesse mesmo alguma coisa mais grave, que eles pudessem ter um acidente (...)”; P15, F, 15A), *Tristeza* (N=5) (“Eu acho que acima de tudo é “estou muito triste com aquilo que estou a ver.”; P12, F, 13A) e *Raiva* (N=5) (“Em relação aos conflitos, em geral, ela sente aqui uma grande raiva deste pai e é basicamente, é uma grande raiva do pai ter... do pai fazer isto à mãe.”; P13, M, 15A). É de salientar que a experiência emocional é multifacetada e, por esse motivo, alguns jovens podem experienciar simultaneamente diferentes emoções. Finalmente, o *Embotamento Afetivo*, enquanto experiência emocional de distanciamento do *self* face ao conflito, foi identificada num menor número de jovens-alvo (N=3) (“Eu acharia que aquilo que seria normativo seria que ela fosse triste, e se calhar, até com algum medo pelo não saber, se calhar, onde é que vai dormir ou se vai dormir naquele sitio onde já dormiu e não gostou...acho que seria isso que seria, que faria aqui algum sentido. Se bem que eu a sinto muito, uma vez mais resignada, digamos assim (...)”; P17, F, 12A).

Comportamento de Coping

O presente tema pode ser conceptualizado como os esforços comportamentais e/os cognitivos adotados para lidar com as exigências internas e externas causadas por um stressor, neste caso, o conflito interparental (Sani, 2002). Os comportamentos de *coping* dos jovens, face às dinâmicas de conflito e reportados pelos profissionais, envolvem diferentes estratégias que podem coocorrer e que se traduzem em três subtemas: *Evitamento* (N=15), *Procura de Suporte* (N=11) e *Intervenção* (N=6).

O padrão de *coping* de *Evitamento*, ou seja, estratégias que visam o distanciamento (i.e., físico ou emocional) do contexto de conflito interparental constitui-se como a resposta mais reportada (“E muitas vezes ela diz que saía de casa para não estar a ouvi-los, saía de casa e ia para casa dessa senhora. E chegou a pernoitar em casa dessa senhora só para não estar naquele ambiente em que os pais estavam.”; P3, F, 16A). As estratégias de *Procura de Suporte* visam a

obtenção de apoio formal ou informal, por parte do/a jovem (“Ela recorre muito a uma vizinha, que também é uma tia próxima, que ela diz que é a segunda mãe dela (...) E então ela recorre muito a esta tia e com esta tia é que ela fala sobre as situações, acaba por ser aqui quase com quem ela desabafa e com quem fala sobre as situações.”; P1, F, 11A). Por fim, estratégias que envolvem a *Intervenção* referem-se a comportamentos de *coping* de interferência direta no conflito interpaparental (“Quando ocorrem situações de violência doméstica, ela tenta ou ir separar a situação ou então fazer alguma coisa, falar com vizinhos, por causa da situação.”; P1, F, 11A).

Impacto do Comportamento de *Coping* no Curso do Conflito Interpaparental

O presente tema refere-se ao efeito percebido da estratégia comportamental adotada pelo jovem para lidar com o conflito no curso do mesmo, envolvendo dois subtemas: *Manutenção do Conflito* (N=5), sempre que a percepção é de que o comportamento de *coping* não alterou o curso do conflito (“Eu acho que não. Acho que o pai não...acho que o pai não consegue perceber a gravidade destes conflitos à frente da criança e também ele com esta agressividade toda eu acho que também ele ouvir alguém dizer-lhe alguma coisa também não ia ter impacto nenhum.”; P1, F, 11A). Por oposição, o subtema *Término do Conflito* (N=3), envolve a percepção de que a estratégia de *coping* utilizada permitiu a cessação do conflito – (“E ele pensou que a mãe podia morrer ali a bater com a cabeça. Por isso começou a gritar e a pedir para ele parar e pôs-se em frente à mãe e foi quando ele parou. Prega-lhe uma bofetada, o miúdo cai, caem os óculos e depois ele foi-se embora.”; P13, M, 15A).

Impacto do Conflito no Funcionamento Individual

A EVIP foi percebida pelos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção, enquanto informantes do estudo, como tendo efeitos em múltiplas áreas do funcionamento psicossocial dos jovens – *Impacto no Funcionamento Individual* – que se concretizam nos seguintes subtemas: *Internalização, Problemas no Funcionamento Académico, Problemas de Integração Social, Externalização e Trajetórias Resilientes*.

A *Internalização* constituiu-se como o efeito mais recorrentemente identificado nos jovens da amostra (N=11) e envolve a presença de sintomatologia ansiosa e depressiva (e.g., alteração dos padrões de sono, humor deprimido) (“Como ela é tao introvertida não sei se...a sensação é que ela vive aquilo tão para ela, é um sentimento tão dela, que eu acho que é

angustiante para ela e que é doloroso (...)" ; P19, F, 12A). Os problemas de *Externalização* (N=7) envolvem o recurso a comportamentos agressivos e de oposição (e.g., agressividade), por parte dos jovens ("Já aconteceu um episódio em que ela fez frente ao pai e foi chamada a PSP, mas é muito a nível verbal. Pronto, chama nomes, bate com as portas (...)" ; P12, F, 13A). De salientar que os jovens podem apresentar concomitantemente problemáticas de várias esferas do funcionamento. Além disso, identificou-se a existência de *Problemas no Funcionamento Académico* (N=10), que se traduz no impacto negativo do conflito no ajustamento escolar e académico, nomeadamente nas competências necessárias à realização escolar de sucesso (e.g., concentração) ("Era uma boa aluna, era uma miúda que tinha objetivos e ainda tem, muito claros para continuar a estudar e com toda esta situação familiar, ela começou a ter piores notas, a não conseguir estar concentrada." (P7, F, 16A). Os *Problemas de Integração Social* (N=7) referem-se à ausência de relações sociais significativas decorrentes de processos de evitamento social e exclusão social destes jovens ("Não tem amigos, não gosta dos professores, não gosta das auxiliares, ele não gosta da escola. Ele não gosta de ninguém." ; P2, M, 11A).

Para além destes subtemas, que refletem a presença de dificuldades do funcionamento psicológico, foi ainda identificado um subtema centrado na possibilidade de *Trajetórias Resilientes* (N=8), traduzindo uma adaptação positiva dos jovens, apesar da adversidade experienciada (Grych, Banyard & Hamby, 2015) ("A A. excepcionalmente, com aquilo tudo que se tem passado (...) A nível social e escolar ela não dá qualquer indício de que poderá passar-se alguma coisa em casa (...). Tem muito boas notas, é uma menina muito sociável, tem imensas atividades extracurriculares, o que também acaba por passar pouco tempo em casa e apesar de ter consciência daquilo que acontece em casa, não está muito tempo em casa, a não ser aos fins-de-semana." ; P12, F, 13A).

Impacto do Conflito na Qualidade das Relações Pais-Filhos

O presente tema refere-se ao impacto percebido do conflito na qualidade das relações pais-filhos e especificamente, envolvendo a *Ausência de Relações de Cuidado Securizantes/Protetoras* (N=13) e processos de *Parentificação* (N=10). A *Ausência de Relações de Cuidado Securizantes/Protetoras* refere-se às dificuldades dos cuidadores na imposição de regras e na incapacidade de estabelecer relações positivas e adequadas ("Acho que esta mãe tem muita dificuldade em interiorizar o bem-estar da filha em detrimento das suas necessidades também ou daquilo que é conveniente para ela." ; P17, F, 12A). Por sua vez, a

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

Parentificação envolve uma transgressão dos limites geracionais que levam a criança a assumir um papel parental (Fortin et al., 2011) (“Ah chegámos a falar na opção do acolhimento, irem para uma instituição...pronto e ela no fundo não se quer separar da mãe porque sabe que ela é que tem que tomar conta da mãe”; P7, F, 16A).

Capítulo IV – Discussão

A presente dissertação tinha como objetivo compreender o papel da EVIP nos comportamentos de *coping*, de adolescentes, sinalizados no Sistema de Promoção e Proteção e explorar os processos cognitivo-contextuais na EPIV, a partir da perspectiva dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção.

Os resultados obtidos descrevem a forma como os profissionais em contexto de promoção e proteção reconhecem e identificam os múltiplos fatores contextuais que podem influenciar o processamento cognitivo, afetivo e a posterior resposta comportamental, adotada pelos jovens. Além disso, os resultados sugerem que as variáveis cognitivo-contextuais, emergentes no contexto da EVIP, traduzem-se no impacto ao nível da qualidade da relação pais-filhos e no funcionamento individual dos jovens. Passaremos a discutir em detalhe os resultados obtidos, que se encontram sistematizados na Figura 4.1. para facilitar a compreensão da evidência obtida.

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

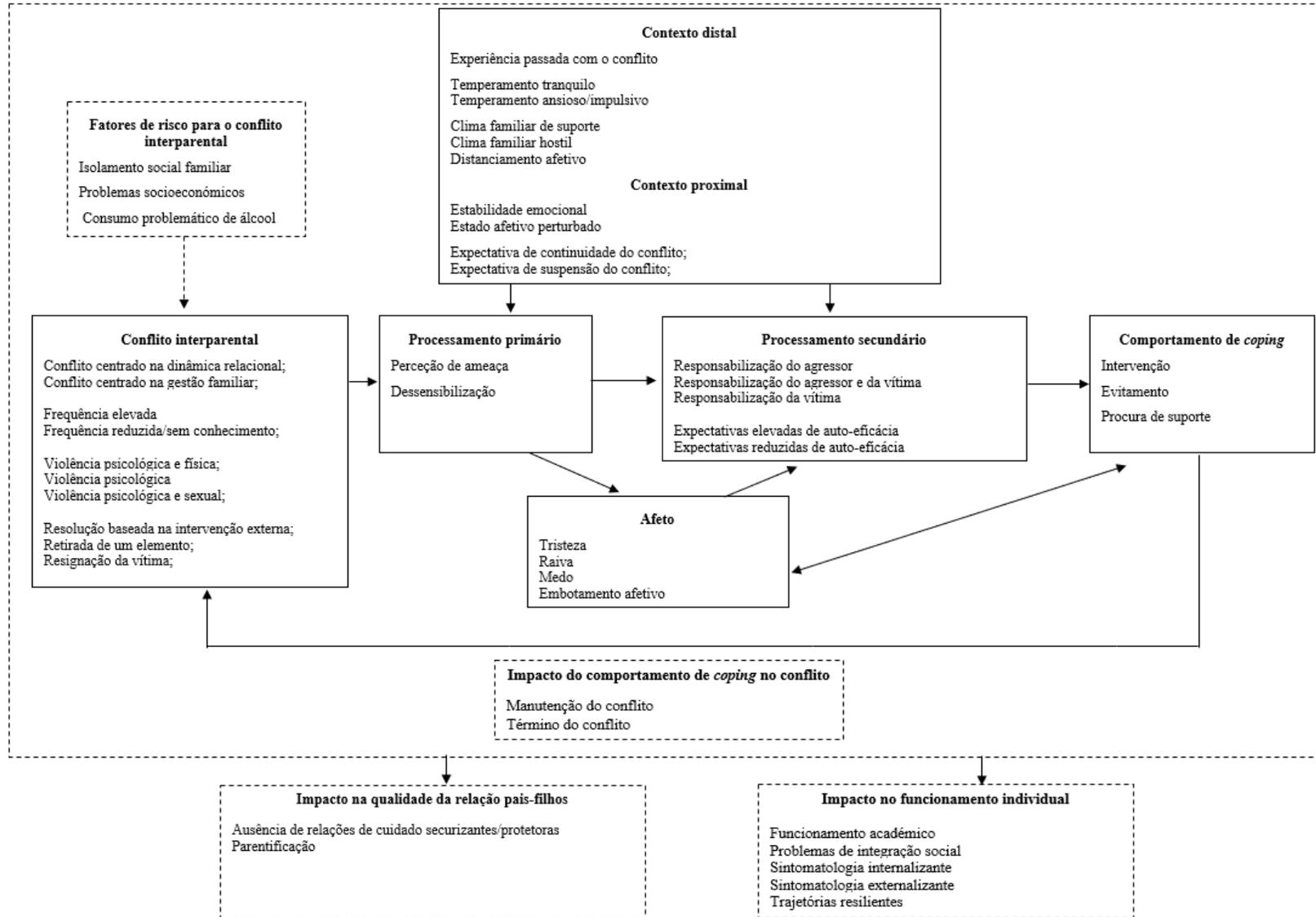


Figura 4.1. Mapa conceitual dos resultados

Fatores de Risco para o Conflito Interpaparental

A investigação no domínio da violência interpaparental tem sugerido uma multiplicidade de fatores de risco precipitantes dos episódios de conflito, tais como, demográficos (e.g., estatuto socioeconómico), trajetória desenvolvimental (e.g., exposição prévia a experiências de abuso) ou de funcionamento psicológico (e.g., consumo de substâncias, psicopatologia) (Capaldi, Knoble, Shortt & Kim, 2012). Os dados recolhidos permitiram identificar características dos contextos de desenvolvimento dos jovens, percebidas pelos profissionais, como potenciadoras de um padrão de conflito, ilustrando a associação entre a violência familiar e a existência de stressores a múltiplos níveis (Holt et al., 2008), nomeadamente o consumo problemático de álcool, os problemas socioeconómicos e o isolamento social. Especificamente, o consumo problemático de álcool afeta o funcionamento individual, reduz o autocontrolo e constitui-se como potenciador da vitimização física e sexual, na medida em que tem um efeito desinibidor da violência (Holt et al., 2008; WHO, 2006). De acordo com os profissionais neste estudo, o consumo problemático de álcool assume-se como o fator de risco/precipitante mais prevalente para a ocorrência da violência interpaparental (McTavish et al., 2016).

Apesar da natureza transversal da violência interpaparental, no que diz respeito ao estatuto socioeconómico a literatura sugere a presença de fatores de risco de natureza socioeconómica para a emergência da dinâmica de violência interpaparental (Holt et al., 2008; McTavish et al., 2016). Capaldi e colaboradores (2012) sugerem a associação entre dificuldades socioeconómicas, nomeadamente, o desemprego e o baixo rendimento económico e a emergência de relações interpaparentais violentas. Se por um lado, os fatores de risco socioeconómicos podem comprometer a capacidade dos cuidadores recorrerem a estratégias de resolução de problemas adequadas, por outro lado, contextos comunitários caracterizados por níveis elevados de violência podem ser potenciadores de níveis mais elevados de violência interpaparental. Uma potencial explicação para o fenómeno (Raghavan, Mennerich, Sexton & James, 2006) pode centrar-se na premissa de que contextos comunitários desorganizados - e em que a violência é usada como uma estratégia de adaptação e, por vezes de sobrevivência - podem ser legitimadores do uso da mesma, transversalmente em várias esferas, nomeadamente na doméstica.

Finalmente, o isolamento social foi ainda identificado, neste estudo, como um fator de risco para a emergência da violência interpaparental, ainda que com menor expressividade. A ausência de uma rede de suporte formal ou informal, adequada e

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual suficiente, acresce stress à dinâmica familiar, podendo ser explicativa da maior probabilidade de ocorrência de episódios de conflito (Holt et al., 2008). De acordo com a teoria da resistência à coerção, a resistência à mesma é facilitada pela existência de recursos tangíveis, nomeadamente a existência de recursos socioeconómicos ou de suporte social. Tipicamente os agressores tendem a minar a capacidade de resistência ao controlo coercivo da vítima, através da limitação destes recursos. Este quadro teórico pode assim ser explicativo dos fatores de risco identificados neste estudo (Dutton & Goodman, 2005).

Conflito Interparental

No âmbito do presente estudo as temáticas potenciadoras de conflitos entre os cuidadores foram identificadas como centradas em tópicos da gestão familiar ou em aspetos da dinâmica relacional.

Os conflitos com conteúdos associados à criança ou à família (i.e., dinâmica relacional) são considerados na literatura como tópicos particularmente ameaçadores (Soares & Sani, 2015). Neste estudo foram identificados conteúdos relacionais quer no que se refere à dinâmica conjugal quer à dinâmica parental. Apesar da menor expressividade dos mesmos no presente estudo, sabemos que os aspetos que concernem à dinâmica parental (e.g., relacionados com a incongruência parental na definição de regras e a prestação de cuidados básicos), são teoricamente considerados mais relevantes para o *self*. Por conseguinte, tendem a ser mais indutores de culpabilização da criança/jovem, porque sugerem uma implicação direta do jovem na motivação para o conflito (Grych et al., 2000), e potencialmente promotores de respostas de *coping* tendencialmente interventivas (Soares & Sani, 2015). Este tipo de conteúdos é, em última instância, mais indutor de *distress* (Davies & Cummings, 1994; Sani, 2002a).

Os agregados familiares em análise foram retratados, na sua maioria, como apresentando uma elevada frequência na ocorrência da violência interparental, isto é, com uma regularidade variável entre o diário ou o semanal. Teoricamente, a EVIP frequente parece apresentar maior risco para o desenvolvimento do jovem, nomeadamente, de sintomatologia internalizante e externalizante (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Sani, 2002a; Soares & Sani, 2015). Do mesmo modo, foram identificados diversos padrões de comportamentos agressivos e coercivos (e.g., violência psicológica, sexual ou física), sendo o mais recorrente centrado na coexistência de violência física e

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual psicológica. A associação entre violência psicológica e física foi também, previamente, reportada por Capaldi e colaboradores (2012). As dinâmicas de violência na intimidade apresentam variabilidade temporal (Holden, 2003), havendo, por exemplo, casais com dinâmica de violência psicológica e em que, posteriormente, emergiu também violência física. O padrão de dados ilustrou a escalada de comportamentos verbalmente agressivos para comportamentos fisicamente abusivos (Sani, 2002a). O conflito interparental pautado por um padrão de violência física é conceptualizado como potencialmente mais perturbador para os jovens (Grych & Fincham, 1990; Holt et al., 2008), gerador de mais afeto negativo e de sintomatologia mais severa (Davies & Cummings, 1994; Soares & Sani, 2015) comparativamente a tipologias menos intensas de violência, como a violência verbal (Graham-Bermann et al., 2009; Howell, 2011). Em suma, a existência de múltiplas formas de vitimização no âmbito da violência interparental é consistente com literatura neste domínio, nomeadamente nos resultados que se referem à coocorrência de violência psicológica e física e de violência psicológica e sexual (Armour & Sleath, 2014).

Finalmente, o padrão de resolução de conflito interparental mais reportado, no presente estudo, foi o da resolução baseada na intervenção externa. Este padrão parece sugerir as dificuldades estruturais destas famílias no que concerne à resolução de conflitos, refletindo assim a incapacidade de prevenir a escalada do conflito/padrão de violência. Este sistema de resolução de conflitos apresenta maior potencialidade de recorrência no futuro e, adicionalmente, maior *distress* para os jovens expostos (Grych & Fincham, 1990; Soares & Sani, 2015). Por oposição, a exposição a conflitos cujo padrão de resolução é positivo tende a promover modelos de aprendizagem de estratégias de resolução de conflito e de competências de *coping* (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990). Os restantes padrões de resolução identificados neste estudo – retirada de um elemento do contexto de conflito e resignação da vítima – têm sido identificados na literatura (Holden, 2003). Estas tipologias coexistiam nas dinâmicas conjugais investigadas e, ainda que distintas, compõem um padrão de resolução de conflitos desadaptativo (Marchand & Hock, 2000). Sumariamente, os dados ilustram a multidimensionalidade do construto da violência interparental, que se operacionaliza em distintas repercussões no ambiente familiar (Sturge-Apple et al., 2012).

Contexto Distal

A totalidade dos jovens-alvo, no presente estudo, apresentou experiência passada com a violência interparental de longa duração temporal. O que demonstra o postulado

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

por Sani (2002a) relativo à tendência para a cronicidade do problema. A EVIP crônica configura uma situação de particular perigo para o jovem, na medida em que a literatura sugere que tal pode potencializar uma primação para respostas emocionais mais negativas e intensas em conflitos subsequentes (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990), assim como de maior desregulação comportamental e resultados negativos de saúde mental (De la Vega et al., 2013; Holden, 2003).

Do mesmo modo, foram identificados dois subtemas relacionados com o temperamento dos jovens – temperamento tranquilo e hostil. A dimensão temperamental pode ser uma variável importante na análise na resposta emocional e comportamental das dos jovens a eventos ambientais (Sturge-Apple et al., 2012), uma vez que pode exacerbar ou minorar a negatividade da experiência de EVIP nas trajetórias desenvolvimentais dos adolescentes (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Sturge-Apple et al., 2012). No presente estudo, a maior parte dos jovens foi percebida como apresentando um temperamento tranquilo. Assim, face à dinâmica de violência interparental e, portanto, a contextos familiares com maiores níveis de stress, os jovens com menor reatividade ao meio ambiental (i.e., temperamento tranquilo) apresentam maior possibilidade de melhor ajustamento psicológico, por comparação aos jovens com um temperamento mais reativo (Sturge-Apple et al., 2012). A investigação elaborada por Harold e Sellers (2018) indica que adolescentes com EVIP que apresentam uma atitude positiva perante a vida têm uma menor probabilidade de desenvolver sintomatologia internalizante por comparação com jovens com uma perspectiva tendencialmente negativa. O temperamento ansioso, constitui-se como uma maior propensão para um padrão comportamental marcado pela irritabilidade e impulsividade. Estes jovens podem, portanto, face a eventos ambientais indutores de stress (i.e., violência interparental) apresentar maior probabilidade de reatividade emocional (Grych & Fincham, 1990; Sturge-Apple et al., 2012).

Finalmente, emergiram ainda dimensões de clima emocional familiar, sendo que os resultados obtidos sugerem diferentes configurações, nomeadamente, climas familiares de suporte, climas familiares hostis e climas familiares pautados pelo distanciamento. Os climas familiares de suporte foram o padrão relacional mais identificado, no contexto dos subsistemas paternos e fraternais da amostra. A vivência num ambiente familiar positivo é conceptualizada como um fator protetor (Grych & Fincham, 1990; Howell, 2011), nomeadamente no que concerne à relação com irmãos ou figuras parentais (Sani, 2002a). A relação fraternal pode, no contexto de relações

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

conjugais pautadas pelo conflito, assumir um efeito compensatório e constituir-se como uma fonte de suporte determinante (Grych & Fincham, 2001). Do mesmo modo, a existência de uma figura parental responsiva e sensitiva (Howell, 2011) tem sido reconhecida como um fator protetor para mitigar uma experiência traumática (Holt et al., 2008). A parentalidade de suporte potencia a validação da experiência emocional da criança e diminui a possibilidade de auto-culpabilização, tornando-se as figuras parentais, uma fonte de suporte face a um fator de *distress* para o *self* (i.e., EVIP) (DeBoard-Lucas et al., 2010). No contexto dos atuais resultados salienta-se a concomitância entre relações parentais e fraternais de suporte, o que ilustra as proposições teóricas que sugerem que a maior expressão de afeto, na relação de parentalidade materna, está associada a uma maior proximidade entre irmãos (Grych & Fincham, 2001). O clima familiar de suporte ao nível da parentalidade foi maioritariamente percebido como ocorrendo na relação entre o jovem e o cuidador-vítima.

Além disso, verificamos, ainda, a emergência de um clima emocional hostil, ao nível da parentalidade, da conjugalidade e da relação fraternal. Com efeito, não só a dinâmica de hostilidade, a baixa satisfação conjugal e a elevada conflituosidade são fatores precipitantes da violência interpaparental (Capaldi et al., 2012), como a violência interpaparental pode constituir-se como um stressor significativo que ameaça a estabilidade e a harmonia das relações familiares (DeBoard-Lucas et al., 2010). Especificamente, no presente estudo, verificamos que a hostilidade ao nível da parentalidade envolve um padrão de conflituosidade do jovem direcionada ao cuidador-vítima. Assim, estes resultados parecem sugerir uma aliança do jovem com o cuidador-agressor. As coligações intergeracionais (i.e., alianças) ameaçam a relação com o progenitor a quem é dirigida a hostilidade e com o progenitor a quem a criança se alia (Grych & Fincham, 2001). Por outro lado, a dinâmica de violência interpaparental pode potenciar um padrão de rivalidade e conflito entre irmãos (Grych & Fincham, 2001; Sani, 2002a). Esta dinâmica pode ocorrer devido, por um lado, à modelagem do comportamento ou, por outro a continuidades genéticas (Grych & Fincham, 2001). Nos resultados obtidos, a rivalidade no subsistema fraternal verificou-se sobretudo entre irmãos cuja identificação ocorria, num dos jovens com o agressor e noutro, com a vítima (Harold & Sellers, 2018).

Finalmente, neste estudo, observamos ainda (com menor frequência do que os restantes), um clima emocional de distanciamento afetivo. Os jovens em que foi verificado este padrão não apresentavam uma relação próxima, de cariz positivo ou

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

negativo, com nenhum dos cuidadores. O processo de desenvolvimento na adolescência caracteriza-se, em parte, por um processo de distanciamento do seio familiar, por forma a renegociar os papéis familiares que permitam a edificação de relações de maior simetria e a construção de um *self* independente e autónomo, mas vinculado de forma saudável à família. Este distanciamento tende a ser potenciado pelo maior envolvimento em outras atividades sociais, constituindo-se como uma etapa comum e normativa no processo desenvolvimental (Larson, Richards, Moneta, Holmbeck & Duckett, 1996). A família mantém-se, contudo como fonte de suporte face às vivências do ambiente (Buehler, Lange & Franck, 2007). Porém este padrão de distanciamento afetivo reportado no presente estudo, não emergiu como resultado normativo do desenvolvimento do processo da adolescência. Por oposição, parece ser uma consequência de um padrão de cuidados pouco previsíveis, seguros e responsivos, deixando estes jovens de sentir o clima familiar como base segura (Goldblatt, 2003).

Importa salientar a coexistência de distintos padrões emocionais nos agregados familiares aqui estudados. Esta coocorrência de diferentes climas emocionais no mesmo agregado verificou-se particularmente ao nível do subsistema fraternal (e.g., existência de, em agregados com fratrias de três jovens, uma relação diádica caracterizada por um clima de suporte e outra pautada por um clima de conflito). Verificou-se também a possibilidade de o subsistema parental patentear um clima de distanciamento e o subsistema fraterno, desse mesmo agregado, ser definido por um clima de suporte. Estes resultados exemplificam, respetivamente, a complexidade das relações horizontais e verticais, que emergem num sistema familiar (Alarcão, 2000) e, portanto, a necessidade da avaliação das distintas dinâmicas presentes do sistema familiar.

Contexto Proximal

No que concerne ao estado afetivo dos jovens imediatamente antes do conflito foram identificados jovens cuja experiência percecionada pelos informantes foi de estabilidade emocional e jovens que apresentavam um estado afetivo perturbado. Esta variável é referida por Grych & Fincham (1990) com potencial efeito na interpretação cognitiva dos episódios de violência interparental. Isto é, a experiência de afeto negativo prévio à vivência do episódio de violência interparental pode originar particular atenção e recordação dos aspetos negativos, e conseqüentemente, exacerbar a experiência de *distress*. Assim, poderá hipotetizar-se que os jovens que experienciaram um estado

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual afetivo perturbado previamente ao conflito possam estar em maior risco de experienciar *distress* no decurso do mesmo. Porém, o efeito desta variável é provavelmente pouco saliente, dada a exposição continuada no tempo que os jovens experienciaram (Grych & Fincham, 1990).

A perspectiva de iminência de um episódio de conflito pode potenciar expectativas sobre o curso do mesmo. Estas expectativas são consideradas uma função entre a experiência passada de EVIP e a avaliação das características da situação atual (Grych & Fincham, 1990). Assim seria expectável que dada a cronicidade da experiência de EVIP apresentada pelos jovens da amostra, todos apresentassem expectativas de continuidade do conflito. Contudo e apesar da maioria dos participantes ter identificado esta variável, em alguns dos jovens foram identificadas, por oposição, expectativas de suspensão do conflito. As expectativas de suspensão centraram-se em alterações na dinâmica da violência interparental, ou seja, alteração da intensidade (i.e., de violência psicológica para violência física) ou na recorrência da dinâmica após ter cessado durante um período de tempo, que não foram antecipadas pelos jovens.

Não obstante estes resultados, importa referir que as variáveis do contexto proximal apresentam-se menos frequentemente no discurso dos profissionais no presente estudo, o que pode dever-se à tipologia de informantes em estudo. A justificação para o referido resultado pode residir na premissa de que estas variáveis representam características de uma vivência muito intrínseca e transitória face ao episódio e, provavelmente, pouco refletida na perspectiva dos jovens. Tipicamente, na vivência consecutiva de experiências traumáticas, as características mnésicas de eventos específicos podem estar comprometidas, devido a uma sobre generalização das características dos eventos (Agulhas & Anciães, 2014; Howell et al., 2016). Consequentemente o contexto proximal dos episódios é uma área pouco acedida pelos profissionais e, portanto, dificilmente são enquadradas na avaliação realizada no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção.

Processamento Primário

Os participantes identificaram a perceção de ameaça face ao conflito experienciada pelos jovens como centrada, maioritariamente, no receio pela segurança da vítima (Holden, 2003; Georgsson et al., 2011) e, com menor saliência, no receio pelo *self*. Estes resultados são coincidentes com os de DeBoard-Lucas e Grych (2011), sugerindo

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

que a percepção de ameaça pode modelar a resposta comportamental. Tal torna-se potencialmente perigoso na medida em que, a reduzida saliência de ameaça face ao *self* e o relevo da ameaça percebida face ao cuidador, pode potenciar o envolvimento no conflito e, portanto, ampliar o risco para a criança. A respetiva associação pode ser distinta no caso de jovens que possuem experiência prévia de mau-trato físico, no contexto da violência interparental e, portanto, podem antecipar a probabilidade de serem vitimizados ao envolverem-se no conflito (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Contudo, por oposição a estudos anteriores que sugerem a dissolução da relação como uma das fontes de receio dos jovens (Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000), os profissionais do Sistema de Promoção e Proteção não só não identificam este receio nos jovens, como mencionam a vontade de término da relação, por forma a que cesse o conflito.

Finalmente, neste estudo, os participantes identificaram, numa perspetiva concorrente, jovens que processam a ameaça inerente à violência interparental e jovens que apresentam uma experiência de dessensibilização. A dita experiência implica que a história de exposição possa resultar numa habituação à dinâmica de conflito e, portanto, numa menor disposição de recursos para atentar ao mesmo. A percepção de dessensibilização, veiculada pelos profissionais, pode ocorrer na medida em que, a elevada exposição ao conflito pode implicar um condicionamento no processamento subsequente, uma vez que a informação inerente ao mesmo expressa pouca novidade e distintividade (Davies & Cummings, 1994; El-Sheikh, 1994).

Processamento Secundário

Esta etapa de processamento abrange as atribuições cognitivas que concernem à inferência de causalidade e responsabilidade pelo conflito bem como à identificação das estratégias para gerir o mesmo (Grych & Fincham, 1990). No que concerne ao processamento secundário, o padrão de dados denotou a existência de três tipologias de imputação de responsabilidade face à violência interparental, especificamente: responsabilização do agressor, responsabilização do agressor e da vítima e responsabilização da vítima.

A responsabilização do agressor constitui-se como o padrão mais típico, resultado congruente com a literatura (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). A literatura sugere que é típico que os jovens tentem racionalizar o comportamento do agressor, atribuindo-o, por exemplo, ao consumo de álcool (Holt et al., 2008; Georgsson et al., 2011). A atribuição

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

dos eventos stressores (i.e., violência interpaparental) a causas externas, instáveis e específicas, como a previamente referida, está potencialmente associada a uma menor experiência de *distress* (Howell, 2011), por oposição à atribuição a causas estáveis, internas e globais, que implicam a percepção de recorrência do evento (e.g., caráter do cuidador-agressor) (Grych & Fincham, 1990).

Não obstante, a responsabilização do agressor e da vítima apresenta também uma considerável expressividade no presente estudo. Esta manifesta-se em jovens que culpabilizam o agressor pelo episódio específico de conflito, mas atribuem responsabilidade à vítima pela manutenção da dinâmica de conflito (Holt et al., 2008). Estes jovens podem experimentar dualidade ao empatizar com a experiência da vítima, mas concomitantemente, ressentir as escolhas adotadas pela mesma (Sani, 2002b).

Os participantes identificaram, ainda, a responsabilização da vítima por parte de uma minoria dos jovens. Este resultado contraria a evidência prévia (i.e., DeBoard-Lucas & Grych, 2011), e sugere que de acordo com a percepção dos profissionais, os jovens apresentavam um padrão de coligação com o agressor. A conceptualização da violência como justificável pode potenciar a desculpabilização do agressor e a falta de empatia com a vítima (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

Estes resultados são particularmente importantes, na medida em que, as percepções dos adolescentes relativamente aos padrões relacionais observados no subsistema conjugal podem constituir-se como quadros de referência no desenvolvimento das suas relações (Buehler et al., 2007). Assim, analisar a atribuição de responsabilidade e culpa pode ser relevante, não somente em termos interventivos, mas também como forma de compreender a existência de crenças de legitimidade da violência, que possam perpetuar o ciclo de transmissão intergeracional da violência (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Por outro lado, a ausência de auto-responsabilização pela violência interpaparental, no grupo de jovens em análise, pode ser justificada pelas questões desenvolvimentais. Tipicamente, as crianças mais novas, devido a um funcionamento cognitivo centrado no pensamento egocêntrico, apresentam mais atribuições de causalidade e responsabilidade inadequadas experienciando, concludentemente, mais auto-culpabilização (Ablow et al., 2009; Grych & Fincham, 1990; Grych et al., 2000; Holt et al., 2008; Soares & Sani, 2015). Apesar da relevância desta evidência, não foi possível distinguir as categorias originais da teoria de atribuição causal e atribuição de responsabilidade e culpa, o que pode dever-se à tipologia

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual de informantes utilizada. Tal sugere a necessidade e relevância de explorar estes processos com base em múltiplos informantes.

Finalmente, ainda ao nível do processamento secundário, no presente estudo, elevadas e reduzidas expectativas de auto-eficácia foram identificadas, de forma similar, pelos profissionais. Se por um lado, a experiência de afeto negativo e de elevada percepção de ameaça decorrentes da EVIP podem ser explicativas de uma percepção, dos jovens, de incapacidade para gerir os episódios de violência, isto é, possuírem reduzidas expectativas de auto-eficácia. Adicionalmente, a longa história de exposição ao conflito pode impactar o desenvolvimento deste padrão de expectativas associado a uma crença na imutabilidade desta vivência. Além disso, considerando a idade dos jovens em análise, importa referir que, devido ao desenvolvimento das competências cognitivas, é expectável que as expectativas de auto-eficácia sejam mais ancoradas na experiência que vivenciaram. Por oposição, crianças mais novas poderiam apresentar elevadas expectativas de auto-eficácia ancoradas em questões cognitivas, exemplificativamente, pensamento mágico e menos, na efetiva dinâmica de violência interparental. Concorrentemente deve ser também considerada a existência de EVIP prévia ao episódio que motivou a sinalização e a adoção de respostas de *coping* prévias.

Em suma, as expectativas de auto-eficácia são afetadas pelas atribuições cognitivas realizadas, pelas respostas comportamentais empregues face a situações anteriores e pela ativação emocional gerada (Grych & Fincham, 1990). Por outro lado, a eficácia do comportamento adotado na redução do *distress* provocado pela EVIP, aumenta a probabilidade da criança percecionar-se como capaz de gerir conflitos futuros e, provavelmente, de adotar comportamentos interventivos futuramente (Grych & Fincham 1990). Ilustrativamente, no presente estudo, as elevadas expectativas de auto-eficácia de um dos jovens, na perspetiva do respetivo técnico, devem-se, à capacidade de o jovem ter cessado um episódio de conflito marcado pela violência física. Assim elevadas expectativas de auto-eficácia estão associadas ao aumento do controlo percebido (Grych & Fincham, 2001). Porém, releva-se a reduzida expressividade deste subtema, provavelmente devido ao reduzido foco da avaliação dos profissionais nesta temática.

Afeto

A experiência emocional é moldada pela avaliação cognitiva efetuada e orienta a subsequente resposta comportamental (Grych & Fincham, 1990), constituindo-se como

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

um sistema organizador da experiência pessoal e interpessoal (Davies & Cummings, 1994; Fosco & Grych, 2008; Grych & Fincham, 1990).

De acordo com os profissionais, a violência interparental elicitou, no presente estudo, uma experiência emocional marcada pelo afeto negativo (Georgsson et al., 2011) e particularmente pelo medo, pela tristeza e raiva (Sani, 2002b). A resposta emocional decorrente da EVIP é complexa, podendo traduzir-se na experiência destas diferentes emoções concomitantemente (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

A vivência do medo é focada, na sequência da percepção de ameaça anteriormente referida, principalmente na segurança do cuidador-vítima. A referida emoção obteve uma reduzida expressão no estudo de DeBoard-Lucas e Grych (2011), apesar da saliência da ameaça resultante da EVIP. Tal pode ser explicado pelo recurso a diferentes informantes e, portanto, pela relutância dos próprios jovens em reconhecer a vivência de medo na referida investigação. Face à violência interparental de longa duração temporal, a tristeza pode manifestar-se como consequência da resignação do jovem à presença e constância da violência no seio familiar (Deboard-Lucas & Grych, 2011). Esta dimensão afetiva está, teoricamente, associada as respostas de *coping* de evitamento. Finalmente, a raiva, foi proposta por Grych e Fincham (1990) como uma das emoções mais frequentes no contexto da EVIP, tendo também sido identificada neste estudo. Esta resposta afetiva pode ser explicada pela identificação de elevado risco para um objetivo relevante para os jovens, a segurança do progenitor-cuidador, e por conseguinte, pela motivação para a ação a nível comportamental (DeBoard-Lucas & Grych, 2011).

A cronicidade na EVIP é conceptualizada como gerando um condicionamento afetivo, ou seja, perturbando a capacidade de expressão e regulação emocional da criança. Neste sentido, verifica-se a experimentação de mais afeto negativo e reatividade fisiológica e comportamental, entre outros, em jovens com história de EVIP (El-Sheikh, 1994). No presente estudo emergiu, contudo, e de forma paralela à experiência de afeto negativo, um fenómeno de embotamento afetivo numa parte da amostra. Estes resultados enquadram-se assim na linha dos dados de Goldblatt (2003), que sugere que o embotamento pode ocorrer na sequência da quebra das funções de segurança emocional que o contexto familiar deve proporcionar.

Comportamentos de *Coping*

A violência interparental pode ser entendida como uma tarefa que envolve a necessidade de regulação da ativação emocional e a adoção de estratégias comportamentais (Grych & Fincham, 1990) que possibilitem restaurar a segurança emocional da criança (Ablow et al., 2009; Davies & Cummings, 1994). A abordagem teórica mais comum relativa ao *coping* é a de Lazarus e Folkman (1984). Esta envolve estratégias de *coping* focadas no problema e estratégias de *coping* focadas na emoção, convergindo ambas, se bem-sucedidas, na diminuição da ativação emocional decorrente de um evento stressor (i.e., violência interparental) (Grych & Fincham, 1990).

No âmbito do presente estudo foram identificados os seguintes padrões de comportamentos de *coping*: Evitamento, Procura de suporte e Intervenção. As respostas de *coping* mencionadas pelos participantes apresentaram variações ao longo do curso de um episódio específico de violência interparental e da experiência passada do próprio jovem com a violência interparental. Verificou-se, portanto, a coexistência de diferentes respostas de *coping* (Lazarus & Folkman, 1984). Particularmente no que concerne aos comportamentos de coping de evitamento e aos comportamentos de coping de procura de suporte.

Os comportamentos de evitamento dos jovens, no presente estudo, refletiram-se em comportamentos de retirada do contexto de conflito e no recurso a atividades de carácter social (e.g., conviver com os pares) e lúdico (i.e., jogar *playstation*) como forma de distração (Georgsson et al., 2011), ou o evitamento da interação com progenitor-agressor. Estes comportamentos de evitamento podem ser considerados como estratégias de *coping* focadas na emoção, logo usados com o objetivo de distanciamento do *self* do episódio violento, visando reduzir o nível de ativação emocional do jovem (Överlien & Hydén, 2009). Os padrões de *coping* evitativo são referidos como uma das estratégias mais comuns no que concerne à EVIP (DeBoard-Lucas & Grych, 2011; Izaguirre & Calvete, 2015; Överlien & Hydén, 2009).

A procura de suporte constitui-se como um padrão comportamental que tende a ocorrer após os episódios de violência interparental, de acordo com a perspectiva dos informantes e pode ser de cariz formal (e.g., psicoterapêutico) ou informal. O suporte informal procurado pelos jovens era direcionado para elementos não familiares e familiares, particularmente, o apoio nas relações fraternas (Georgsson et al., 2011). A existência de uma rede de suporte informal (e.g., irmãos e pares) que providencia apoio

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

pode funcionar como buffer dos efeitos do *distress* causados pela EVIP (Holt et al., 2008). Goldblatt (2003) salienta a similitude das estratégias de *coping* adotadas por jovens com e sem experiência de vitimização, particularmente no domínio do suporte social. O que se deve, presumivelmente, à relevância dos pares e do meio social, na fase desenvolvimental da adolescência, como forma de construção da identidade pessoal (Larson et al., 1996; Howell, Barnes, Miller, Graham-Bermann, 2016).

Os padrões de *coping* interventivo podem ser categorizados no âmbito de estratégias de *coping* focadas no problema (Lazarus & Folkman, 1984). Estes constituíram-se, concretamente como: a predisposição para ficar em casa por forma a controlar a potencial escalada da dinâmica de conflito (Goldblatt, 2003) e a intervenção direta e indireta na violência interpaparental (DeBoard-Lucas & Grych, 2011). Os adolescentes são, teoricamente, descritos como mais ativos e interventivos face à dinâmica de violência (Goldblatt, 2003; Holt et al., 2008; Sani, 2002a), concretizando-se a intervenção física como a estratégia de *coping* focado no problema mais recorrente (Överlien & Hydén, 2009). A intervenção direta na violência interpaparental pode aumentar a sensação de competência em jovens mais velhos (Goldblatt, 2003) mas acarreta um maior risco de vitimização no contexto do conflito (Goldblatt, 2003; Holden, 2003; Georgsson et al., 2011; Överlien & Hydén, 2009; Sani, 2002a). Na perspetiva de Deboard-Lucas e Grych (2011), a quantidade de crianças que reporta intervir no conflito é representativa da elevada perceção de ameaça destas vivências bem como do dilema que acarretam: a proteção do cuidador ou a exposição ao perigo. Contudo, salienta-se que, no presente contexto e à semelhança do reportado por Buehler e colaboradores (2007), as respostas de *coping* interventivo foram as que obtiveram menor expressão. Tal justificação pode sustentar-se, no argumento de que, mais do que a idade dos jovens, a longa história de exposição ao conflito e a dessensibilização que gera sugerem que os comportamentos interventivos não são eficazes no término do conflito. Logo, a longo prazo, passam a ser menos implementados como recurso de *coping*.

Com efeito, os comportamentos de *coping* devem ser enquadrados como resultado de características pessoais e contextuais (Överlien & Hydén, 2009; Sani, 2002b), o que vai de encontro com o quadro teórico cognitivo-contextual.

Em suma, salienta-se que os comportamentos adotados como resposta à violência interpaparental são referentes a jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 16 anos. Nestas faixas etárias, o desenvolvimento cognitivo e social (potenciado pela experiência

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual de maturação) permite não só uma maior percepção sobre as consequências negativas da violência interparental (DeBoard-Lucas & Grych, 2011), como também o desenvolvimento de competências de *coping* e de uma rede de suporte social percebida como mais relevante. Assim, é expectável que, jovens mais velhos tenham um maior repertório de estratégias de *coping* (Grych & Fincham, 1990).

Impacto do Comportamento de *Coping* no Curso do Conflito Interparental

Os comportamentos de *coping* adotados pelos jovens, na sequência da exposição a episódios de violência interparental podem manter a dinâmica do próprio conflito ou alterar o seu curso. No caso da manutenção do conflito, perante a resposta comportamental da criança, esta é percebida pelos profissionais como resultante da incapacidade do cuidador-agressor de atender às pistas ambientais e às solicitações da criança. Revelando, portanto, uma incompreensão da gravidade do comportamento manifestado.

No que respeita aos comportamentos de *coping* adotados que permitiram a cessação do conflito estes eram interventivos. Salienta-se que, na condição das estratégias comportamentais adotadas serem funcionais para o sistema familiar (i.e., reduzir o conflito) são potencialmente mantidas, mesmo que sejam de carácter desadaptativo para a criança (Grych & Fincham, 1990). É exemplificativo desta premissa a adoção de um comportamento interventivo no âmbito de um episódio de violência física, encontrando-se exemplos do referido no âmbito dos resultados. Este tipo de comportamento é potenciador do risco de vitimização à própria criança (e.g., Deboard-Lucas & Grych, 2011). Contudo, a eficácia na supressão do conflito pode implicar a sua repetição futura.

Salienta-se a reduzida expressividade deste subtema, o que se pode dever, não necessariamente à inexistência de consequências da adoção de uma resposta comportamental pelos jovens no curso do conflito mas provavelmente ao reduzido foco avaliativo nesta categoria. Potencialmente devido à conceptualização da criança como sujeito predominantemente passivo na vivência da EVIP.

Impacto no Funcionamento Individual

A literatura tem sugerido uma relação negativa entre o potencial de impacto da experiência de EVIP e a idade, ou seja, o impacto é tanto maior quanto a precocidade da

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

idade em que for vivida a experiência (Holden, 2003; Holt et al., 2008; Izaguirre & Calvete, 2015). Contudo, outros autores (Davies & Cummings, 1994; Soares & Sani, 2015) denotam que o impacto da EVIP ocorre mediante a fase de desenvolvimento da criança exposta e a sintomatologia emergente está, portanto, associada à tarefa desenvolvimental da respectiva faixa etária.

Não obstante, a literatura sugere uma multiplicidade de efeitos potencialmente negativos da EVIP no desenvolvimento das crianças e jovens (Soares & Sani, 2015), percebidos pelas progenitoras (Izaguirre & Calvete, 2015) e, pelas próprias crianças (Goldblatt, 2003). A utilização dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção como informantes permitiu identificar, nos processos em análise, a mesma tipologia de problemas identificados na literatura sobretudo no que concerne à internalização (e.g., Georgsson et al., 2011; Överlien & Hydén, 2009). Goldblatt (2003) sugere mesmo a emergência de pensamentos suicidários nestes jovens, à semelhança do reportado num dos casos analisados. Os problemas de internalização podem emergir do comprometimento de um contexto de segurança emocional, uma vez que a exposição prolongada ao conflito pode desenvolver preocupações persistentes, particularmente perante a percepção de ameaça e de baixas expectativas de auto-eficácia do adolescente. A natureza dos sintomas internalizantes depende do processamento cognitivo da experiência e portanto, do que é conceptualizado como ameaçador (Grych et al., 2000).

Concomitantemente foram identificadas nos jovens, dificuldades ao nível da integração social (Goldblatt, 2003; Fortin et al., 2011; Sani, 2002a) e do funcionamento académico (Howell et al., 2016; Lourenço et al., 2013; Kiesel, Piescher & Edleson, 2016). As dificuldades de relacionamento com os pares decorrentes da EVIP são conceptualmente descritas como associadas à aprendizagem e reprodução dos modelos relacionais vivenciados no contexto familiar (Holt et al., 2008) e a crenças desadaptativas sobre a violência (Howell et al., 2016). Assim, é sugerido os jovens aprendem que a violência é uma forma adequada e aceitável de resolução conflitos interpessoais (Armour & Sleath, 2014; Lourenço et al., 2013). Contudo, neste estudo, as dificuldades de integração social envolvem, na perspectiva informantes, um distanciamento dos jovens motivado pela vivência de uma experiência não normativa e, portanto, de difícil identificação com os pares. Adicionalmente verifica-se também o receio da envolvimento dos pares no meio familiar devido a potenciais comportamentos desadequados do agressor.

No que concerne ao funcionamento acadêmico, o estudo longitudinal de Kiesel e colaboradores (2016) indica que as crianças expostas à violência interparental comparativamente a crianças com outras experiências de vitimização apresentam mais absentismo escolar e menores níveis de sucesso escolar. As dificuldades neste domínio podem dever-se ao impacto no desenvolvimento cognitivo decorrente da experiência ou às tentativas de controlo do comportamento do agressor como forma de proteção ao cuidador-vítima (Kiesel et al., 2016) e que podem culminar em absentismo escolar. Os informantes do presente estudo identificam sobretudo as dificuldades académicas nos jovens com EVIP, como decorrentes das dificuldades de abstração desta dinâmica e de alocação dos recursos cognitivos, nomeadamente da concentração, necessários à área escolar.

Os problemas de externalização são referidos na literatura como frequentemente associados à EVIP (e.g., Goldblatt, 2003; McTavish et al., 2016) e podem, na perspetiva de Grych e colaboradores (2000) ser justificados por processos como a modelagem de comportamento. Os problemas de ajustamento variam mediante a etapa desenvolvimental das crianças e jovens que os experienciam (Grych & Fincham, 1990; Holt et al., 2008; Soares & Sani, 2015), sendo sugerido que, nos adolescentes, a externalização pode manifestar-se em fugas, no consumo de álcool (Goldblatt, 2003) ou em comportamentos antissociais (Howell et al., 2016). No presente estudo, os problemas de externalização envolviam a manifestação de agressividade predominantemente verbal, mas também física, no contexto familiar e no contexto escolar.

Importa contudo salientar que, os *outcomes* resultantes desta experiência apresentam algum nível de idiosincrasia (Holt et al., 2008; Fortin et al., 2011), havendo, portanto, jovens que se adaptam de forma positiva à experiência e personificam trajetórias de resiliência (Izagirre & Calvete, 2015; Soares & Sani, 2015). Assim os profissionais conceptualizam a resiliência com a manutenção da adaptação dos jovens numa ou em mais áreas do desenvolvimento. Verifica-se assim, por exemplo, jovens que apresentam dificuldades nas competências académicas ou sociais, mas são ainda assim percecionados como resilientes. Estes resultados sugerem a existência de uma multiplicidade de perfis de impacto (Graham-Bermann et al., 2009), que podem ser explicados pela presença de fatores protetores, tais como o desenvolvimento de relação de vinculação segura com um cuidador não violento (Holt et al., 2008; Howell, 2011). Neste sentido, no futuro, torna-se fundamental explorar mais os fatores protetores conducentes a trajetórias resilientes.

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

Salienta-se que, dado a natureza do estudo não foram isolados os efeitos no funcionamento de outras experiências de mau trato apresentadas pelos jovens da amostra. Assim, as consequências referidas abrangem o impacto resultante da vivência de EVIP e cumulativamente, de outras experiências de vitimização. O efeito do impacto cumulativo traduz-se no aumento da probabilidade de défices no ajustamento psicológico (De la Vega et al., 2013).

Com efeito, neste estudo, verificou-se a presença, a par da EVIP, de outras tipologias de mau trato, sendo a mais prevalente, a exposição aos consumos problemáticos de álcool de um ou de ambos os cuidadores (mau trato moral de acordo com Barnett et al., pp. 36). Adicionalmente, verificou-se a coexistência de outras tipologias de perigo como o mau trato físico e a negligência. Neste sentido sublinha-se que Holden (2003) sinaliza a EVIP como um dos indicadores de risco para a ocorrência de mau trato físico. Os referidos resultados são consistentes com a literatura que sugere que a EVIP se constitui como um risco para a coocorrência de outras formas de mau trato (e.g., McTavish et al., 2016; Holden, 2003; Holt et al., 2008).

Impacto na Qualidade das Relações Pais-Filhos

A evidência sugere um comprometimento na qualidade da parentalidade nos agregados familiares caracterizados pela existência de violência interparental (Holt et al., 2008; Sani, 2002a; Sturge-Apple et al., 2012). Essa premissa verifica-se no âmbito dos presentes resultados, de forma mais relevante na ausência de relações de cuidado securizantes/protetoras e na parentificação.

As relações progenitor-criança, na sequência da violência interparental, foram caracterizadas pelos informantes, como marcadas pela dificuldade parental na imposição de regras e por uma maior centração nas dinâmicas de conflito e por conseguinte, num menor foco nas necessidades dos jovens. Estes resultados salientam o comprometimento da disponibilidade emocional e responsividade que emergem na parentalidade de progenitores vítimas (e.g., Sani & Caprichoso, 2013; Soares & Sani, 2015) e agressores (Holden, 2003; Holt et al., 2008). As dificuldades no envolvimento e responsividade parental podem comprometer não somente a relação de vinculação com os cuidadores, mas também ameaçar a segurança emocional e a capacidade de regulação emocional (Davies & Cummings, 1994) e, em suma, ameaçar o desenvolvimento saudável (Holt et

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

al., 2008; Sani & Caprichoso, 2013). Contudo a problemática referida não é transversal a todos os jovens. Assim, verificam-se relações, particularmente com o progenitor vítima e, portanto, maioritariamente a mãe, que são pautadas por um esforço de compensação desta vivência para os jovens e, portanto, num maior envolvimento parental (Holt et al., 2008; Howell, 2011).

A parentificação constitui-se assim enquanto domínio de impacto da EVIP, na qualidade da relação progenitor-criança e verificou-se em relação ao cuidador-vítima e nas relações de fratria (Davies & Cummings, 1994; Holt et al., 2008). Concretamente materializou-se na assunção de tarefas domésticas como forma de apoio ao cuidador vítima ou na adoção de uma postura mais interventiva face à dinâmica de violência (Fortin et al., 2011), nomeadamente ao pedir ajuda a entidades externas.

Este processo é sugerido por Goldblat (2003) como decorrente de maior foco nas dinâmicas de violência e num menor foco nas dinâmicas parentais por parte do cuidador, potenciando a criação de um espaço para o jovem assumir este papel. A tendência de providenciar suporte, mesmo que este seja uma tarefa desadaptativa para o *self*, pode ser experienciada, pelos jovens, como forma de potenciar a perceção de controlo num ambiente pautado pela imprevisibilidade (Holt et al., 2008) e tende a aumentar com a idade (Holt et al., 2008).

A adoção de responsabilidades demasiado exigentes, instrumental ou emocional para a fase desenvolvimental da criança, que não são assumidas sob o suporte parental (Fortin et al., 2011) e, portanto, não normativas no desenvolvimento, podem ser potenciadoras de maior *distress* emocional e por conseguinte, uma adultícia prematura (Goldblatt, 2003; Holt et al., 2008). A exposição severa e repetida à violência interpaparental tende a aumentar a probabilidade da emergência de processos de parentificação e, conseqüentemente, de problemas internalizantes (Fortin et al., 2011). Os dados obtidos salientam, assim, os complexos e multifacetados efeitos da violência interpaparental no funcionamento individual dos jovens e na própria relação com os progenitores.

Capítulo V – Conclusão

Os resultados do presente estudo ilustram a multiplicidade e variabilidade das dinâmicas de violência interparental (e.g., violência psicológica e física; violência psicológica; violência psicológica e sexual), a par da diversidade de consequências para o funcionamento do sistema parental e individual da própria criança.

Com efeito, os resultados apresentados sugerem um conjunto de implicações para a prática profissional neste domínio. A complexidade desta tipologia de perigo é potencialmente justificativa das dificuldades de identificação e avaliação da mesma, mencionadas na literatura (Holt et al., 2008; Holden, 2003; Lourenço et al., 2013; McTavish et al., 2016). Por forma a que a avaliação seja compreensiva dos vários domínios da EVIP, deve ser empregue, no âmbito do Sistema de Promoção e Proteção, o recurso metodologias multi-método de forma mais sistematizada (Harold & Sellers, 2018). Neste sentido, o recurso a entrevistas semiestruturadas desenhadas para o efeito e a instrumentos adaptados e validados para a população portuguesa, poderia revelar-se útil. A título exemplificativo, a *Children's Perception of Interparental Conflict* [CPIC] [Grych, Seid & Fincham, 1992; Moura, dos Santos, Rocha & Matos, 2010] poderia ser utilizada para a avaliação de aspetos da violência interparental [e.g., intensidade] e do processamento cognitivo do mesmo [e.g., auto-culpabilização] sobre a perspetiva da criança. O recurso a uma avaliação mais compreensiva é profícuo e orientador da prática (Harold & Sellers, 2018), mas, simultaneamente informativo no contexto de investigação, possibilitando a emergência e o subsequente estudo de outras dinâmicas associadas à EVIP (e.g., auto-culpabilização).

No quadro do presente estudo emergiram dados que salientam a existência de fatores de risco para a emergência da violência interparental. Assim, mais do que a intervenção meramente reparadora nestas variáveis, pode ser benéfico que a ação implementada envolva esforços preventivos. O elevado número de reaberturas (i.e., tipologia processual) ao nível dos PPPs em estudo pode sugerir a cronicidade dos supraditos fatores de risco e perigo e, por conseguinte, a relevância de considerar uma ação interventiva mais concertada e sistematizada neste contexto.

Além disso, a violência interparental constitui-se como uma perturbação do funcionamento normativo do subsistema conjugal cujo impacto se estende ao funcionamento psicossocial dos jovens bem como aos restantes subsistemas familiares e, em última análise, à unidade familiar (Sturge-Apple et al., 2012). Por conseguinte, a

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual intervenção deve atender, primordialmente, às necessidades da criança, mas também do contexto familiar, tendo em conta os fatores de risco e proteção idiossincráticos a cada agregado familiar (Holt et al., 2008).

Os resultados do presente estudo salientam, ainda, a possibilidade de emergência de trajetórias resilientes no contexto da EVIP. A resiliência, na perspectiva dos profissionais, manifesta-se no funcionamento adaptativo numa ou mais dimensões do jovem, ainda que as restantes possam apresentar défices. Assim, na conceção dos profissionais, a resiliência assume-se como um construto multidimensional emergindo, por conseguinte, diversos perfis de impacto. Com efeito, a avaliação deve ter em conta esta multiplicidade de funcionamento dos jovens e constituir-se como um espaço para a elaboração e organização da vivência da violência interpaparental (Graham-Bermann et al., 2009; Izaguirre & Calvete, 2015; Kiesel et al., 2016) e, em última instância figurar como fator na redução e prevenção de sintomatologia psicopatológica (Georgsson et al., 2011).

Adicionalmente e, tendo em conta os resultados que sugerem o elevado nível de implicação da EVIP na relação progenitor-criança (DeBoard-Lucas et al., 2010) e nas competências parentais (Graham-Bermann et al., 2009), estas dinâmicas devem também ser alvo de intervenção. É também importante que sejam desenvolvidas competências de comunicação interpaparental e resolução de problemas de forma efetiva e adequada no subsistema conjugal (DeBoard-Lucas et al., 2010), considerando as dificuldades identificadas nesta esfera. Genericamente, sendo o Sistema de Promoção e Proteção o contexto do presente estudo, sugere-se também que a intervenção deva, primeiramente, procurar estabilizar o ambiente familiar e minimizar o potencial disruptivo da vivência inerente à violência interpaparental (Graham-Bermann et al., 2009). Paralelamente é importante intervir numa perspectiva psicoeducativa sobre o impacto da EVIP nos jovens, por forma a que os cuidadores possam minimizar esta exposição (DeBoard-Lucas et al., 2010; Graham-Bermann et al., 2009).

Apesar da pertinência e relevância dos resultados aqui discutidos, há um conjunto de limitações que deve ser reconhecidas. As conclusões devem ser cuidadosamente assumidas, considerando o tamanho da amostra (n=19), e a sua natureza. Com efeito, os dados obtidos foram recolhidos num contexto específico, socorrendo-se apenas da perspectiva dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção, a partir de uma perspectiva qualitativa. Refere-se ainda que, apesar do género figurar como variável, no âmbito do modelo cognitivo-contextual (Grych & Fincham, 1990), não foi considerada

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

no presente estudo. Contudo, em investigação subsequente, esta variável pode ser considerada, nomeadamente através de análises de *clusters*, por forma a clarificar os potenciais perfis emergentes ao nível dos processos subjacentes ao processamento cognitivo, emocional e comportamental da experiência de EVIP. Adicionalmente dado haver uma grande percentagem de crianças afetadas pela EVIP em idades mais precoces (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2018) comparativamente às do presente estudo, é necessário que se investigue, futuramente, o impacto de questões desenvolvimentais na resposta emocional, cognitiva e comportamental à EVIP (Grych et al., 2000) com recurso a metodologias longitudinais e um espectro mais alargado de idades.

Do mesmo modo, o recurso à metodologia de análise temática no âmbito do presente estudo, permite apenas uma identificação dos temas de forma isolada e, portanto, não tendo consideração as relações entre categorias/temas. Ainda que este método tenha sido adequado por forma a explorar e caracterizar múltiplos domínios da vivência da EVIP, não permite a análise da relação entre constructos. Assim, em estudos subsequentes poderá ser relevante recorrer a uma abordagem ancorada na *grounded theory*. Esta metodologia prevê, através da análise de um conjunto integrado de dados, desenvolver uma teoria explicativa sobre o fenómeno social em estudo (Corbin & Strauss, 1990).

Em suma, torna-se fundamental o desenvolvimento de esforços de investigação nesta área que empreguem abordagens multimétodo (i.e., abordagens qualitativas e quantitativas) e multi-informante (Fortin et al., 2011; Graham-Bermann et al., 2009; Howell, 2011; Sani & Caprichoso, 2013). A utilização de diferentes informantes providencia a recolha de informação sobre múltiplos pontos de vista (Grych et al., 2000), o que é particularmente relevante nesta área, por forma a limitar os enviesamentos dos participantes e potenciar uma compreensão mais ampla do fenómeno (Sturge-Apple et al., 2012).

Não obstante as limitações reconhecidas, o presente estudo contribui de forma significativa para a investigação neste domínio, na medida em que, providencia uma caracterização de aspetos subjacentes à multidimensionalidade da dinâmica de EVIP na esfera das suas características e na forma como é percebida, vivenciada e no modo como pode impactar os jovens (Harold & Sellers, 2018; Sani, 2002b). A perspetiva dos profissionais do Sistema de Promoção e Proteção, que quotidianamente intervêm neste

A exposição à violência interparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual
domínio, tornou-se útil e relevante para elucidar sobre necessidades específicas de
avaliação e intervenção.

Referências

- Ablow, J. C., Measelle, J. R., Cowan, P. A. & Cowan, C. P. (2009). Linking marital conflict and children's adjustment: the role of young children's perceptions. *Journal of Family Psychology, 30*, 485-499. doi:10.1037/a0015894
- Agulhas, R. & Anciães, A. (2014). Especificidades dos diversos tipos de perícias. In R. Agulhas e A. Anciães (Eds). *Casos práticos em psicologia forense – enquadramento legal e avaliação pericial* (pp. 35-89). Lisboa: Edições Sílabo.
- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Armour, C. & Sleath, E. (2014). Assessing the co-occurrence of intimate partner violence domains across the life-course: relating typologies to mental health. *European Journal Of Psychotraumatology, 5*, 24620. doi:10.3402/ejpt.v5.24620
- Assembleia da República (1999). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pelo Decreto Lei nº 147/99*. [PDF]. Retirado de <https://dre.pt/>
- Barnett, D., Manly, J. T. & Cicchetti, D. (1993). Defining child maltreatment: The interface between policy and research. In D. Cicchetti & S. L. Toth (Eds), *Child abuse, child development, and social policy: advances in applied developmental psychology* (8th vol., pp: 7-73). New Jersey, US: Ablex Publishing Corporation.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Buehler, C. Lange, G. & Franck, K. L. (2007). Adolescents' cognitive and emotional responses to marital hostility. *Child development 78*(3), 775-789. doi:10.1111/j.1467-8624.2007.01032.x
- Capaldi, D. M., Knoble, N. B., Shortt, J. W. & Kim, H. K. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. *Partner Abuse, 3*(2), 231-280. doi:10.1891/1946-6560.3.2.231

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2018).

Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [PDF]. Retirado de www.cnpdpcj.gov.pt/cpcj/relatorios-de-avaliacao-da-atividade-estatistica.aspx

Corbin, J. & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13, 3-21.

Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, 387-411.

doi:10.1037/0033-2909.116.3.387

De la Vega, A., De la Osa, N., Granero., R. & Ezpeleta, L. (2013). Severity of psychological maltreatment and accumulative risk for psychopathology in children of mothers exposed to intimate partner violence. *J Fam Viol*, 28, 427-434.

doi:10.1007/s10896-013-9521-1

DeBoard-Lucas, R. L., Fosco, G. M., Raynor, S. R. & Grych, J. H. (2010). Interparental conflict in context: exploring relations between parenting processes and children's conflict appraisals. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 39, 163-175.

doi:10.1080/15374410903532593

DeBoard-Lucas, R. L. & Grych, J. H. (2011). Children's perceptions of intimate partner violence: causes, consequences, and coping. *J Fam Viol*, 26, 343-354.

doi:10.1007/s10896-011-9368-2

Direção Geral de Política de Justiça (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna* [PDF].

Retirado de www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7

Dutton, M. A., & Goodman, L. A. (2005). Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, 52(11-12), 743-756.

doi:10.1007/s11199-005-4196-6

- El-Sheikh, M. (1994). Children's emotional and physiological responses to interadult angry behavior: The role of history of interparental hostility. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 22(6), 661–678. doi:10.1007/BF02171994
- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2008). Emotional, Cognitive, and Family Systems Mediators of Children's Adjustment to Interparental Conflict. *Journal of Family Psychology*, 22(6), 843–854. doi:10.1037/a0013809
- Fortin, A. Doucet, M. & Damant, D. (2011). Children's appraisals as mediators of the relationship between domestic violence and child adjustment. *Violence and Victims*, 26, 377-392. doi: 10.1891/0886-6708.26.3.37
- Georgsson, A., Almqvist, K. & Broberg, A. G. (2011). Naming the unmentionable: how children exposed to intimate partner violence articulate their experiences. *J Fam Viol*, 26, 117-129. doi:10.1007/s10896-010-9349-x
- Gleitman, H. Fridlund, A. J. & Reisberg, D. (2011). *Psicologia* (9ª ed). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- Graham-Bermann, S. A., Gruber, G., Howell, K. H. & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse & Neglect*, 33, 648-660. doi:10.1016/j.chiabu.2009.01.002
- Grych, J., Banyard, V. & Hamby, S. (2015). The resilience portfolio model: understanding healthy adaptation in victims of violence. *Psychology of Violence*, 5(4), 343-354. doi:10.1037/a0039671
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290. doi:10.1037/0033-2909.108.2.267

- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (Eds.) (2001). *Interparental conflict and child development: theory, research and application*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Grych, J. H., Fincham, F. D., Jouriles, E. N. & McDonald, R. (2000). Interparental conflict and child adjustment: testing the mediational role of appraisals in the cognitive-contextual framework. *Child Development, 71*, 1648-1661.
doi:10.1111/1467-8624.00255
- Grych, J.H., Seid, M. , & Fincham, F.D. (1992). Assessing marital conflict from the child's perspective: The Children's Perception of Interparental Conflict Scale. *Child Development, 63*, 558-572. doi:10.1111/j.1467-8624.1992.tb01646.x
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of coping among adolescents experiencing interparental violence. *Journal of Interpersonal Violence, 18*(5), 532–552.
doi:10.1177/0886260503251071
- Harold, G. T. & Sellers, R. (2018). Annual Research Review: Interparental conflict and youth psychopathology: an evidence review and practice focused update. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry, 59*(4), 374-402.
doi:10.1111/jcpp.12893
- Hazen, A. L., Connelly, C. D., Edleson, J. L., Kelleher , K. J., Landverk, J. A., Coben, J. H., Barth, R. P., McGehan, J., Rolls, J. A. & Nuzskowki, M. A. (2007). Assessment of Intimate Partner Violence by Child Welfare Services. *Children and Youth Services Review., 29*(4), 490–500. doi: 10.1016/j.childyouth.2006.10.004
- Holden, G. W. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: terminology and taxonomy. *Clinical Child and Family Psychology Review, 6*, 151-160.
- Holt, S., Buckley, H. & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: a review of the literature. *Child Abuse & Neglect, 32*, 797-810.

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

doi:10.1016/j.chiabu.2008.02.004

Howell, K. H. (2011). Resilience and psychopathology in children exposed to family violence. *Aggression and Violent Behavior, 16*, 562-569.

doi:10.1016/j.avb.2011.09.001

Howell, K. H., Barnes, S. E., Miller, L. E. & Graham-Bermann, S. A. (2016). Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. *Journal of Injury and Violence Research, 8*(1), 43-51. doi:10.5249/jivr.v8i1.663

Izaguirre, A. & Calvete, E. (2015). Children who are exposed to intimate partner violence: interviewing mothers to understand its impact on children. *Child Abuse & Neglect, 48*, 58-67. doi:10.1016/j.chiabu.2015.05.002 0145-2134

Kiesel, L. R., Piescher, K. N. & Edleson, J. L. (2016). The relationship between child maltreatment, intimate partner violence exposure, and academic performance. *Journal of Public Child Welfare, 10*(4), 1-23. doi:10.1080/15548732.2016.1209150

Larson, R. W., Richards, M. H., Moneta, G., Holmbeck, G. & Duckett, E. (1996). Changes in adolescents' daily interactions with their families from ages 10 to 18: disengagement and transformation. *Developmental Psychology, 32*(4), 744-754.

doi:10.1037/0012-1649.32.4.744

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). The coping process: an alternative to traditional formulations. In S. R. Lazarus & S. Folkman. (Eds.), *Stress, appraisal, and coping*. (Pp. 141-178). New York: Springer.

Lourenço, L. M., Baptista, M. N., Senra, L. X., Almeida, A. A., Basílio, C & Bhona, F. M. C. (2013). Consequences of exposure to domestic violence for children: a systematic review of the literature. *Paidéia, 23*(55), 263-271.

doi:10.1590/1982-43272355201314

Marchand, J. F., & Hock, E. (2000). Avoidance and attacking conflict-resolution strategies

- A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual among married couples: relations to depressive symptoms and marital satisfaction. *Family Relations*, 49(2), 201–206.
doi:10.1111/j.1741-3729.2000.00201.x
- McTavish, J. R., MacGregor, J. C. D., Wathen, C. N., & MacMillan, H. L. (2016). Children's exposure to intimate partner violence: an overview. *International Review of Psychiatry*, 28(5), 504–518. doi:10.1080/09540261.2016.1205001
- Ministério da Justiça (1995). *Código Penal Português, aprovado pelo Decreto Lei nº48/95* [PDF]. Retirado de: www.dre.pt/
- Moura, O., dos Santos, R. A., Rocha, M., & Matos, P. M. (2010) Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC): *Factor Structure and Invariance Across Adolescents and Emerging Adults*, *International Journal of Testing*, 10 (4), 364-382.
doi:10.1080/15305058.2010.487964
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2016). *Código deontológico* [PDF]. Retirado de www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico
- Överlien, C. & Hydén, M. (2009). Children's actions when experiencing domestic violence. *Childhood*, 16(4), 479–496. doi:10.1177/0907568209343757
- Raghavan, C., Mennerich, A., Sexton, E. & James, S. E. (2006). Community violence and its direct, indirect, and mediating effects on intimate partner violence. *Violence Against Women*, 12(12), 1132-1149. doi:10.1177/1077801206294115
- Roustit, C., Renahy, E., Guernec, G., Lesieur, S., Parizot, I., & Chauvin, P. (2009). Exposure to interparental violence and psychosocial maladjustment in the adult life course: Advocacy for early prevention. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 63(7), 563–568. doi: 10.1136/jech.2008.077750
- Sani, A. I. (2002a). *As crianças e a violência*. Coimbra: Quarteto Editora.

A exposição à violência interpaparental a partir de uma abordagem cognitivo-contextual

- Sani, A. I. (2002b). Crianças expostas à violência interpaparental. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds), *Violência e vítimas de crime – Crianças* (Vol. 2, pp. 95-131) Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. & Caprichoso, D. (2013). Crianças em situação de risco por exposição à violência doméstica. In M. M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds), *Crianças em risco e perigo – contextos, investigação e intervenção* (Vol. 3, pp. 191-207). Lisboa: Edições Sílabo.
- Soares, L. & Sani, A. I. (2015). O impacto da exposição à violência interpaparental nas crenças: variáveis mediadoras. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6, 155-169.
- Stein, N. L. & Levine, L. J. (1989). The causal organisation of emotional knowledge: a developmental study. *Cognition & Emotion*, 3(4), 343-378.
doi:10.1080/02699938908412712
- Sturge-Apple, M. L., Skibo, M. A. & Davies, P. T. (2012). Impact of parental conflict and emotional abuse on children and families. *Partner abuse*, 3(3), 379-400.
doi:10.1891/1946-6560.3.3.e8
- World Health Organization (1986). Young people's health - a challenge for society: report of a WHO Study Group on Young People and "Health for All by the Year 2000" [PDF]. Retirado de <https://apps.who.int/iris/handle/10665/41720>
- World Health Organization (2006). Intimate partner violence and alcohol [PDF]. Retirado de www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/factsheets/fs_intimate.pdf?ua=1

Anexos

Anexo A - Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico – informação relativa aos profissionais

1. **Sexo:** *Masculino* *Feminino*
2. **Idade:** _____
3. **Nacionalidade:** _____
4. **Profissão:** _____
 - 4.1. **Habilitações académicas**
 - ____ Licenciatura: Qual? _____
 - ____ Mestrado: Qual? _____
 - ____ Doutoramento: Qual? _____
5. **Informação sobre o Processo de Promoção e Proteção**
 - 5.1. Motivo de sinalização: _____
 - 5.2. Tempo (meses) de acompanhamento do processo de PP: _____
 - 5.3. Medida aplicada (se aplicável): _____

Questionário Sociodemográfico – informação relativa aos jovens

6. **Sexo:** *Masculino* *Feminino*
7. **Idade:** _____
8. **Nacionalidade:** _____
9. **Distrito de residência:** _____
10. **Ano de escolaridade que frequenta atualmente:** _____
11. **Quantas vezes já reprovou de ano?** _____ (*Zero, se nunca aconteceu*)



Anexo B - Guião de Entrevista Semiestruturada

Blocos Temáticos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Memória/Questões “tipo”	Anotações
<p>I. Informação</p>	<p>1. Pedir permissão para a gravação áudio da entrevista</p> <p>2. Proceder à apresentação</p> <p>3. Explicitar objetivos da entrevista</p> <p>4. Aspetos deontológicos</p>	<p>2.1. Proceder à apresentação da entrevistadora</p> <p>2.2. Proceder à apresentação da/o participante</p> <p>3.1. Fornecer informação sobre: objetivos, finalidade, duração estimada e conteúdo da entrevista</p> <p>4.1. Agradecer a colaboração</p> <p>4.2. Garantir a confidencialidade e o anonimato</p> <p>4.3. Informar sobre o direito à não resposta</p>	<p>* Documento “Termo de consentimento informado”</p>	



	<p>5. Aplicação de instrumentos de autorrelato</p>	<p>4.4. Assegurar o esclarecimento de eventuais dúvidas</p> <p>5.1. Informar sobre a aplicação de instrumentos de autorrelato após a entrevista</p> <p>5.2. Comunicar o direito ao não preenchimento dos supramencionados instrumentos</p> <p>5.3. Reforçar importância da participação</p>		
<p>II. Introdução</p>	<p>1. Introduzir uma temática de carácter neutro</p>	<p>1.1. Criar um clima confortável para o jovem que potencie a adesão à entrevista</p> <p>1.2. Descrever a estrutura do agregado familiar</p> <p>1.3. Compreender, de forma geral, as relações no contexto familiar</p>	<p><i>Primeiro gostava de o/a conhecer melhor. Poderia descrever de forma resumida a sua experiência profissional?</i></p> <p><i>Quem são as pessoas que fazem parte da família do jovem? E dessas pessoas quem vive com o jovem?</i></p> <p><i>Como caracterizaria, de forma geral, as relações entre os diferentes elementos desta famíliaa?</i></p>	



		<p>2.2.a. Em termos do subsistema conjugal</p> <p>2.2.b. Em termos do subsistema parental</p>	<p><i>isso. No geral, como descreveria o ambiente nesta família?</i></p> <p><i>E especificamente, como descreveria a relação do casal?</i></p> <p><i>Pode falar-me da relação mãe-filho/a?</i> Caso o entrevistado não seja capaz de responder espontaneamente, ou se apenas se centrar em dimensões negativas da relação, poderá ser perguntado: <i>como é que mostra que gosta dele/a?</i></p> <p><i>E a relação do pai com o/a filho/a, pode falar-me sobre como é?</i> Caso o entrevistado não seja capaz de responder espontaneamente, ou se apenas se centrar em dimensões negativas da relação, poderá ser perguntado: <i>como é que o/a pai/mãe mostra que gosta dele/a?</i></p>	
--	--	--	--	--



		<p>2.2.c. Em termos do subsistema fraternal</p> <p>2.2.d. Em termos da relação do jovem com os restantes elementos do agregado</p>	<p><i>Caso haja irmãos, como é que o/a jovem se relaciona com o/os irmão/s?</i> (Adequar face ao género e número de irmãos)</p> <p>Se a família incluir mais elementos, questionar sobre a relação com os restantes elementos. <i>Como é a relação do/a jovem com os restantes elementos da família com quem vive?</i></p>	
<p>III. Conflito interparental e fatores contextuais</p>	<p>1. Introduzir a temática da violência interparental</p>	<p>1.1. Identificar elementos caracterizadores do conflito interparental</p> <p>1.1.a. Em termos de conteúdo</p> <p>1.1.b. Em termos de frequência</p>	<p><i>O que é que acontece, nesta família, quando os pais não concordam entre si, com alguma coisa?</i></p> <p><i>Eles costumam discutir sobre o quê?</i></p> <p><i>Esses momentos de discussão/conflito acontecem com que frequência? De acordo com a sua avaliação, por exemplo, numa semana, quantas vezes é que eles discutem?</i></p>	



		<p>1.1.c. Em termos de intensidade</p> <p>1.1.d. Em termos de resolução</p> <p>1.2. Referência à temática da exposição à violência interpaparental</p>	<p><i>Quando eles discutem o que é que costuma acontecer? (o que é que fazem exatamente)?</i> Se houver referência a agressão física explorar concretamente como ocorre, nomeadamente com recurso a algum objeto.</p> <p><i>Tipicamente, como é que param de discutir/cessam o conflito? OU</i> <i>Tipicamente como é que acabam as discussões?</i></p> <p><i>Já alguma vez o/a jovem os viu ou ouviu a discutir?</i></p> <p><i>Pode descrever um episódio típico/que seja mais comum e de que tenha conhecimento que o/a jovem estivesse presente quando ocorreu o conflito?</i></p>	
--	--	--	---	--



	<p>1.1. Explorar as variáveis do contexto distal associado à EVIP</p>	<p>1.1.1. Perceber a experiência passada do jovem com conflito interparental</p>	<p><i>De acordo com a sua avaliação, o jovem já terá assistido a discussões deste tipo antes desse episódio?</i></p> <p><i>Quando é que este tipo de episódios começou?</i></p> <p><i>Antes destes episódios de que me falou havia outros tipos de situações de conflito?</i></p> <p><i>A mãe costuma conversar sobre estas situações com o/a jovem?</i></p> <p><i>Se sim, o que é que ela lhe explica?</i></p> <p><i>E o pai, costuma conversar com o jovem sobre estas situações?</i></p> <p><i>Se sim, que tipo de explicações o pai providencia?</i></p>	
	<p>1.2. Explorar as variáveis do contexto proximal associadas à EVIP</p>	<p>1.2.1. Aceder à perceção do profissional sobre as expectativas do jovem relativamente ao curso do conflito</p>	<p><i>Quero que pense no episódio de que me falou e que tente considerar os momentos antes da discussão/conflito. Nesse momento, antes da discussão, o que é que acha que o/a jovem pensou que ia acontecer?</i></p>	



		1.2.2. Conhecer o <i>mood</i> do jovem experienciado previamente ao conflito	<i>De acordo com a informação que recolheu durante a avaliação, como é que o/a jovem se estava a sentir antes da discussão começar? Se o entrevistado não responder de forma espontânea direccionar (e.g., que sentimentos, emoções?).</i>	
IV. Processamento cognitivo, emocional e comportamental	1. Explorar o conhecimento do profissional sobre aspetos de <u>processamento cognitivo</u> do jovem, associados à violência interparental	<p>1.1. Distinguir cognições emergentes no processamento do episódio</p> <p>1.2. Distinguir cognições emergentes numa etapa de processamento secundário</p> <p>1.2.a. Identificar aspetos relacionados com a atribuição causal</p> <p>1.2.b. Identificar aspetos relacionados com a atribuição de responsabilidade e culpa</p>	<p><i>Quando esse momento ocorreu, quais acha que foram as primeiras coisas em que ele/a pensou?</i></p> <p><i>Acha que ele/ela teve receio? Se sim, quer explicar melhor?</i></p> <p><i>Face a esse conflito, o que é que o/a jovem diria sobre o que causou a situação?</i></p> <p><i>Acha que ele atribuiu a responsabilidade pelo que aconteceu a alguém? Se sim, quem?</i></p>	



	<p>2. Explorar o conhecimento do profissional sobre aspetos de <u>processamento emocional</u> do jovem, associados à violência interpaparental</p> <p>3. Explorar o conhecimento do profissional sobre aspetos da <u>resposta comportamental</u> do jovem, associados à violência interpaparental</p>	<p>1.2.c. Identificar aspetos relacionados com as expectativas de eficácia do coping</p> <p>2.1. Compreender a experiência emocional do jovem decorrente do conflito</p> <p>3.1. Reconhecer os comportamentos de coping no decorrer do conflito</p> <p>3.2. Determinar os comportamentos de coping subsequentes ao conflito</p>	<p><i>No momento em que aconteceu essa situação, acha que o/a jovem sentiu que era capaz de lidar com isso?</i></p> <p><i>O que acha que o/a jovem sentiu quando estavam a discutir?</i></p> <p><i>O que é que o/a jovem fez quando o casal estava discutir?</i></p> <p><i>O que é que o/a jovem fez depois de terminar o conflito entre o casal?</i></p>	
--	---	---	---	--



		3.3. Compreender o impacto da resposta comportamental do jovem no domínio afetivo	<i>Disse-me que o/a jovem... (referir comportamento de coping mencionado). O que é que acha que isso o fez sentir?</i>	
V. Impacto do conflito interparental	1. Impacto da resposta comportamental do jovem no conflito interparental	1.1. Explorar as possíveis implicações que o comportamento de <i>coping</i> adotado pelo jovem, teve no curso do conflito interparental	<p><i>Face à reação do jovem, o que é que aconteceu a seguir? (se não for referido, direcionar, para se o conflito diminuiu ou aumentou)</i></p> <p><i>Como é que acha que o comportamento dele/a ajudou a terminar o conflito?</i></p> <p><i>Se foi mencionado algum comportamento de coping interventivo... Acha que teriam parado de discutir mesmo que ele/a não tivesse feito nada?</i></p>	
	2. Impacto do conflito interparental no jovem	2.1. Estimular a reflexão sobre as consequências da EVIP para o jovem	<p><i>O que acha que o/a jovem sente agora em relação ao que aconteceu?</i></p> <p><i>O que acha que o/a jovem pensa agora em relação ao que aconteceu?</i></p> <p><i>Acha que esta situação teve impacto no/a jovem?</i></p>	



	3. Impacto do conflito interparental na vida familiar	3.1. Identificar potenciais áreas de comprometimento da vida familiar decorrentes da violência interparental	<p><i>Se sim, que áreas da vida do/a jovem acha que foram afetadas pelas situações que partilhou comigo? (Se não responder de forma espontânea, questionar relativamente a alterações a nível académico, social e comportamental)</i></p> <p><i>Consegue identificar outras áreas da vida da família que tenham sido afetadas por estas situações?</i></p>	
VI. Outras formas de vitimização	1. Vitimização direta	1.2. Compreender a existência de situações de vitimização direta para com o jovem, nos episódios de violência interparental	<i>Tem conhecimento de alguma vez, nas discussões de que me falou, ter acontecido algo que tenha magoado o/a jovem (física ou psicologicamente)?</i>	
	2. Co-ocorrência de outras formas de abuso	2.1. Identificar a existência de outras formas de abuso que tenham co-ocorrido para além da EVIP	<i>Aconteceu mais alguma situação, sem ser nas discussões entre o casal, em que algum dos pais tenha magoado o/a jovem (física ou psicologicamente)?</i>	
VII. Outras questões	1. Intervenção dos serviços	1.1. Contacto com autoridades policiais ou de saúde devido à violência interparental	<i>Face a estas experiências de conflito, tem conhecimento sobre se a família procurou</i>	



		<p>1.2. Intervenção dos serviços de apoio à vítima</p> <p>1.3. Acompanhamento psicológico decorrente da violência interparesntal</p>	<p><i>algum tipo de ajuda formal (que entidades)?</i></p> <p><i>Se sim quais? (polícia, hospital, etc)</i></p> <p><i>Algum elemento da família recorreu a algum serviço de apoio à vítima?</i></p> <p><i>Algum elemento da família teve acompanhamento psicológico decorrente das situações que me referiu?</i></p>	
<p>VIII.</p> <p>Questionários de autorrelato</p>	<p>1. Aplicação dos questionários de autorrelato</p>	<p>1.1. Explicação da metodologia de preenchimento de autorrelato</p> <p>1.2. Questionário Sociodemográfico</p> <p>1.3. Aplicação do <i>Strenghts and Difficulties Questionnaire (SDQ)</i>, versão traduzida e validada para a população portuguesa</p>		
<p>IX.</p> <p>Finalização</p>	<p>1. Agradecer ao/à participante</p> <p>2. Obter possíveis informações que não tenham sido abordadas</p>	<p>1.1. Agradecer a colaboração, a disponibilidade e o contributo para a investigação.</p> <p>2.1. Perguntar se quer acrescentar algo que julgue relevante.</p> <p>2.2. Perguntar se existe alguma questão que queira esclarecer ou fazer alguma sugestão.</p>		

Anexo C - Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação desenvolvido pelo **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre a forma como crianças, jovens, pais e profissionais no contexto português descrevem os seus pensamentos e sentimentos face às experiências ocorridas nas famílias. Assim, os seus resultados permitem o desenvolvimento de processos de avaliação e de intervenção mais ajustados às necessidades das famílias. O estudo é coordenado por Eunice Magalhães (Eunice_magalhaes@iscte-iul.pt), que poderá contactar caso deseje colocar alguma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a um conjunto de questões, orais e escritas, cuja duração aproximada será de 30-40 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo, exceto o facto de no contexto da presente recolha de informação, esta poder envolver assuntos sensíveis do funcionamento da família e/ou do jovem que acompanha. Nesse caso, poderá solicitar apoio ao investigador e/ou profissional que se encontra disponível, presencialmente, ou se preferir, poderá também contactar a coordenadora do projeto de investigação. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para a compreensão destes processos cientificamente, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de processos de avaliação e de intervenção adequados.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. A informação será gravada em áudio, apenas para a podermos analisar adequadamente. Logo que os dados sejam transcritos, os ficheiros serão eliminados. Os dados destinam-se apenas a fins de investigação, e serão divulgados resultados globais em relatórios ou publicações científicas. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO

NÃO ACEITO

Nome: _____ Data: _____

Assinatura: _____

Anexo D - Debriefing da investigação



DEBRIEFING/EXPLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre a forma como crianças, jovens, pais e profissionais no contexto português descrevem os seus pensamentos e sentimentos face às experiências ocorridas nas famílias. Assim, os seus resultados permitem o desenvolvimento de processos de avaliação e de intervenção mais ajustados às necessidades das famílias.

No âmbito da sua participação, pode ter sentido particular desconforto ao responder a alguma das questões colocadas, pelo que, nesse caso poderá solicitar apoio ao investigador e/ou profissional que se encontra disponível, presencialmente, ou se preferir, poderá também contactar a investigadora responsável pelo projeto de investigação: Eunice Magalhães (Eunice_magalhaes@iscte-iul.pt).

Reforçamos, ainda, que poderá usar este contacto caso deseje colocar alguma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo. |

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.